

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS**  
**Instituto de Ciências Humanas**  
**Programa de Pós-Graduação em História**



Dissertação

**O Sindicato dos Técnico-Administrativos em Educação Superior da  
Universidade Federal de Pelotas e Capão do Leão (ASUFPEL):  
sua criação e luta por direitos**

**Suzi Urbana Silveira da Silva**

**Pelotas, 2018**

**Suzi Urbana Silveira da Silva**

**O Sindicato dos Técnico-Administrativos em Educação Superior da  
Universidade Federal de Pelotas e Capão do Leão (ASUFPEL):  
sua criação e luta por direitos**

Dissertação de Mestrado apresentada ao  
Programa de Pós-Graduação em História  
da Universidade Federal de Pelotas, como  
requisito parcial à obtenção do Título de  
Mestra em História.

Orientador: Prof. Dr. Marcos César Borges da Silveira

Pelotas, 2018

Universidade Federal de Pelotas / Sistema de Bibliotecas  
Catalogação na Publicação

S586s Silva, Suzi Urbana Silveira da

O sindicato dos técnicos-administrativos em educação superior da Universidade Federal de Pelotas e Capão do Leão - ASUFPel - sua criação e luta por direitos / Suzi Urbana Silveira da Silva ; Marcos César Borges da Silveira, orientador. — Pelotas, 2018.

93 f. : il.

Dissertação (Mestrado) — Programa de Pós-Graduação em História, Instituto de Ciências Humanas, Universidade Federal de Pelotas, 2018.

1. Asufpel. 2. Memória. 3. Associativismo. 4. Luta de classes. I. Silveira, Marcos César Borges da, orient. II. Título.

CDD : 371.14

Elaborada por Leda Cristina Peres Lopes CRB: 10/2064

Suzi Urbana Silveira da Silva

O Sindicato dos Técnico-Administrativos em Educação Superior da Universidade Federal de Pelotas e Capão do Leão (ASUFPEL): sua criação e luta por direitos

Dissertação aprovada, como requisito parcial, para obtenção do grau de Mestre em História, Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Pelotas.

Data da Defesa: 06 de setembro de 2018

Banca examinadora:

Prof. Dr. Marcos César Borges da Silveira (Orientador)  
Universidade Federal de Pelotas – UFPel

Prof. Dr. Edgar Ávila Gandra (Examinador)  
Universidade Federal de Pelotas - UFPel

Prof. Dr. Júlio César de Oliveira (Examinador)  
UNISINOS/Sapucaia do Sul

Prof. Dr. Juarez José Rodrigues Fuaó (Examinador)  
Universidade Federal do Rio de Grande - FURG

**Dedico este trabalho ao meu neto Joaquim,  
meus filhos Henrique e Izadora!**

## **Agradecimentos**

O desafio de fazer um Curso de Mestrado não corresponde apenas a uma dedicação acadêmica, mas também a um planejamento de organizar a vida pessoal, no próprio trabalho, em casa e na vida social que fica bastante restrita, a fim de conseguir conciliar com uma jornada de muitas leituras, análises de fontes escritas e trabalho de campo, ou seja, dedicação quase que exclusiva durante o Curso.

E chega a hora de lembrar os dois anos e meio de curso e das pessoas que, de alguma forma, participaram desta caminhada, enriquecendo cada qual à sua maneira, na construção deste exercício contínuo de conviver e aprender. Agradecer é um ato que mostra o quanto algumas atitudes de meus filhos, amigos, colegas de curso e professores foram de extrema importância em determinados momentos da minha trajetória.

A conclusão deste trabalho representa o cumprimento de mais uma etapa da vida de aprendizagem e de aquisição de saberes que para mim são tão valiosos.

Meu agradecimento vai a todos(as) que ao reconhecer meu esforço tentaram torná-lo mais leve e feliz.

Como servidora técnico-administrativa da UFPel, não poderia deixar de agradecer ao Programa de Pós-Graduação em História, que até o presente momento é o único dentro da Universidade Federal de Pelotas que abriu espaço para que os servidores técnico-administrativos possam se qualificar, existindo uma troca de saberes e contemplando a própria UFPel.

Meus mais sinceros agradecimentos ao Prof. Dr. Marcos César Borges da Silveira, pela orientação com primazia, pela paciência e compreensão.

Obrigada à ASUFPEL/SINDICATO, por ter concedido total liberdade para utilizar todo e qualquer tipo de documento da época da pesquisa, ou seja, da Fundação da ASUFPEL, com fins de investigação e análise.

Agradeço especialmente às pessoas que me concederam as entrevistas que, sem dúvidas, foram fontes de grande relevância para a pesquisa. Um trabalho feito com grande satisfação, que me proporcionou muitas descobertas.

A todos os professores do PPGH/UFPel, por abrirem os caminhos do conhecimento, proporcionando “desatar muitos nós”! Dando-me embasamento teórico com muita excelência!

Agradeço imensamente a atenção e ajuda dos professores Edgar Gandra, que sempre me dizia: “Precisas de alguma ajuda?” Só esta pergunta já era um grande conforto! Professor Gandra, obrigada pelo teu desprendimento, pelo teu bom humor e acima de tudo pela tua competência, dedicação e profissionalismo!

À professora Lorena Gill, porque muitas vezes eu ia à sala dela “choramingando” e com toda sua doçura ela me dizia: “Suzi, senta aqui e me diz no que posso te ajudar?” E me ajudou muito, com seu profissionalismo e seu carinho! Serei eternamente grata!

Minha mais sincera e especial gratidão ao meu colega de UFPel e de Mestrado, Mário Silveira, pelo incentivo nas horas em que me encontrava frágil, foi uma troca com cumplicidade, amizade, um apoiando o outro. Que me aguentou neste período quando eu entrava na sala de trabalho chorando dizendo que não aguentava mais tantas leituras, tantos artigos, correndo atrás de pessoas para realizar as entrevistas e recebendo alguns “nãos”, lá vinha o Mário me acalmar, dizendo que ele e muitos colegas estavam no mesmo “barco” e começava a me contar “piadas” para descontrair. Por outro lado ele também teve seus momentos difíceis e era minha vez de dar um apoio quando ele dizia: “vou desistir!” Eu dizia: “Não senhor, agora tu vai em frente!” Um foi o ombro amigo do outro! Obrigada Mário!

Agradeço imensamente à Mariuza, amiga querida de Universidade que me auxiliou na escrita da Dissertação. Gratidão à querida Thaise, pela ajuda na parte de ajustes na área de informática. Muito obrigada meninas!

Aos colegas de curso, pelas discussões em sala de aula, algumas se tornaram amigas e fizeram parte de momentos externos à sala de aula, uma cervejinha com a Elena, Silvia, Suelen e Elisiane, momentos para descontrair, mas não conseguíamos, pois cada uma falava de sua linha de pesquisa! Todos que ingressaram no início de 2016, foi uma turma de agradável convivência! Nota mil! Não poderia deixar de falar da minha amiga Elisiane Chaves, tão doce, tão inteligente, gentil, tão preocupada em como andava minha pesquisa, me ajudando, me dizendo palavras de coragem e de companheirismo, que me auxiliou fazendo uma revisão da dissertação, minha gratidão eterna.

Aos amigos de longa data, que quando eu precisava de algum dado para confirmar algumas informações me atenderam prontamente. Obrigada Ari Carré, obrigada Maria Tereza Fuji. Ao Aldrovando Jorge, jornalista do ASUFPEL/Sindicato, grande amigo, sempre pronto para ajudar no que fosse preciso! Sou muito grata!

Percebi que cada dia conseguia subir um degrau, travando uma batalha comigo mesmo, e assim fui tentando me superar a cada dia, cada momento.

Por fim, agradeço aos meus filhos, Henrique e Izadora, por sempre acreditarem e apoiarem na escolha em fazer este Curso de Mestrado!

Meu filho Henrique, quase todos os dias me mandava mensagens, ou por telefone: “Mãe como estão teus estudos? Mãe foca, que vais conseguir! Mãe continua firme que agora falta pouco!” Sempre me entusiasmando, me encorajando!

Ah! Minha doce filha Izadora, que me aturou estes dois anos e meio, chegava em casa já literalmente estressada, só falava em Mestrado, mais nada, quando estava no computador, tinha crises de choro, estava sempre cansada! E a Izadora ficava ali firme do meu lado, me dizendo que ela tinha uma mãe forte e corajosa e que tudo ia passar, que eu conseguiria, que isso era tudo absolutamente normal. Muitos colos ela me deu com todo amor e carinho!!

Isso não tem preço!

HENRIQUE, IZADORA E MEU NETO JOAQUIM, AMO VOCÊS INFINITAMENTE!

*O caminho da vida pode  
ser o da liberdade e da  
beleza, porém, desviamos-nos dele  
A cobiça envenenou a  
alma dos homens, levantou  
no mundo as muralhas  
do ódio e tem-nos feito marchar  
a passo de ganso para a miséria e os morticínios.  
Criamos a época da produção veloz, mas nos  
sentimos enclausurados dentro dela  
A máquina, que produz em grande escala  
tem provocado a escassez.  
Nossos conhecimentos fizeram-nos céticos; nossa  
inteligência, empedernidos e cruéis.  
Pensamos em demasia e sentimos bem pouco.  
Mais do que máquinas, precisamos de  
humanidade; mais do que de inteligência, precisamos de  
afeição e doçura!  
Sem essas virtudes, a vida será de violência e tudo estará  
perdido.*

(Charles Chaplin, em discurso proferido no final do filme O grande ditador.)

## Resumo

SILVA, Suzi Urbana Silveira da. **O Sindicato dos Servidores Técnico-Administrativos em Educação Superior da Universidade Federal de Pelotas e Capão do Leão (ASUFPEL):** sua criação e luta por direitos. 2018. 93f. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Instituto de Ciências Humanas, Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2018.

Este estudo apresenta os aspectos importantes da trajetória histórica da Associação dos Servidores Técnico-Administrativos em Educação Superior (ASUFPEL), com destaque para o movimento que levou a criação da Associação, no ano de 1979. Demonstra uma trajetória permeada pelas necessidades dos servidores técnico-administrativos da Universidade Federal de Pelotas – UFPel, por sentirem a necessidade de uma entidade que fosse representativa, frente à Gestão Superior e ao próprio governo Federal. Buscou-se compreender as mudanças em prol da categoria, desvelando suas consequências e destacando sua centralidade na vida profissional e pessoal de cada técnico-administrativo.

**Palavras Chave:** ASUFPEL; memória; associativismo; luta de classes.

## Abstract

SILVA, Suzi Urbana Silveira da, **The Union of Technical-Administrative Servers in Higher Education of the Federal University of Pelotas and Capão do Leão (ASUFPEL): its creation and fight for rights.** 2018. 93f. Dissertation (Master Degree in History) - Post-Graduate Program in History, Institute of Human Sciences, Federal University of Pelotas, Pelotas, 2018.

This study presents the important aspects of the historical trajectory of the Association of Technical-Administrative Servers in Higher Education (ASUFPEL), highlighting the movement that led to the creation of the Association in 1979. Demonstrating a trajectory permeated by the needs of the technical-administrative servers of the Federal University of Pelotas - UFPel - because they felt a need for an entity that was representative, in front of the Superior Management and the Federal Government itself. We seek to understand the changes in favor of the category, revealing its consequences, highlighting its centrality in the professional life, personal of each technical-administrative.

**Keywords:** ASUFPEL; memory, associativism; class struggle.

## Lista de Figuras

Figura 1	Conceitos.....	17
Figura 2	Almoço de confraternização da fundação da Associação dos Servidores da Universidade Federal de Pelotas (ASUFPEL).....	35
Figura 3	Primeira sede da ASUFPEL (alugada) em 1983.....	37
Figura 4	Festa do dia da Criança realizada em 12 de outubro/1986, com grande interação entre sócios e seus familiares.....	38
Figura 5	Imagem do time de futebol do ano de 1986.....	39
Figura 6	Manifestação através de passeata em Porto Alegre/1987, servidora técnica-administrativa Tanízia Bender.....	43
Figura 7	Imagem de manifestação da ASUFPEL, no pórtico de entrada para o Campus Capão do Leão.....	44
Figura 8	Mobilização em Brasília/DF no ano de 1986.....	44

## Lista de abreviaturas e siglas

ADUFPEL	Associação dos Docentes da Universidade Federal de Pelotas
ADCT	Ato das Disposições Constitucionais Transitórias
ANDES	Sindicato Nacional dos Docentes de Ensino Superior
ASUFEL	Associação dos Servidores da Universidade Federal de Pelotas
CC	Cargo de Confiança
CGT	Comando Geral dos Trabalhadores
CIPA	Comissão Interna de Prevenção de Acidentes
CLT	Consolidação das Leis do Trabalho
CONSUN	Conselho Universitário
CONCLAT	Coordenação da Classe Trabalhadora
CONDSEF	Confederação dos Trabalhadores no Serviço Público Federal
CPPTA	Comissão Permanente de Pessoal Técnico Administrativo
CSPB	Confederação dos Servidores Públicos do Brasil
CUT	Central Única dos Trabalhadores
DCE	Diretório Central de Estudantes
EPIs	Equipamento de Proteção Individual
FG	Função Gratificada
IFES	Instituto Federal de Ensino Superior
MEC	Ministério da Educação e Cultura
NUAAD	Núcleo de Ações Afirmativas e Diversidade
PCS	Plano de Cargos e Salários
PCSBV	Plano de Cargos e Salários, Benefícios e Vantagens
PMDB	Partido Movimento Democrático Brasileiro
PPGH	Programa Pós-Graduação em História
PT	Partido dos Trabalhadores
PUCRCE	Plano Único de Classificação e Retribuição de Cargos e Empregos
RJU	Regimento Jurídico Único
TAES	Técnicos Administrativos de Ensino Superior
UFPeI	Universidade Federal de Pelotas
UNSB	União Nacional dos Servidores Públicos Cíveis do Brasil

## Sumário

Introdução .....	13
1 A Fundação da Associação dos Servidores da Universidade Federal de Pelotas – UFPEL – ASUFPEL .....	23
1.1 O servidor público e o direito à sindicalização: se reconhecendo como “trabalhador” .....	23
1.2 O Novo Sindicalismo Brasileiro e o funcionalismo público.....	26
1.3 Nascimento dos Sindicatos nas Universidades.....	31
1.4 A fundação da Associação dos Servidores da Universidade Federal de Pelotas – ASUFPEL – UFPEL .....	33
2 O encanto das narrações e das trocas .....	45
2.1 A motivação para fundar uma associação e qual razão para que os servidores técnico-administrativos se associassem.....	48
2.2 Anseios e expectativas dos servidores técnico-administrativos .....	51
2.3 Atuação e conquistas de uma entidade de representação dos técnico-administrativos da UFPEL.....	53
2.4 Partidarismo dentro da entidade .....	56
Considerações Finais .....	59
Referências.....	63
Anexos .....	66

## **Introdução**

Sou servidora técnica-administrativa da Universidade Federal de Pelotas (UFPel), com Graduação em Licenciatura em Filosofia (UFPel), com Especialização em Educação Infantil (UFPel), e sócia do Sindicato dos Servidores Federais em Educação de Pelotas e Capão do Leão (ASUFPEL) desde que ingressei nesta Instituição.

Particpei sempre das assembleias, pois desde sempre me inquietou a situação de grande desigualdade social de nosso país. Em 2007 estávamos em uma greve, quando acompanhei uma caravana a Brasília e participei de todas as manifestações, visitas aos deputados federais no Congresso Nacional com pautas de reivindicações, além de muitas reuniões. Durante os dias de mobilização na capital federal, pude perceber a importância da luta de classe e de uma entidade que representa os trabalhadores. A partir daí, comecei a me tornar mais presente dentro do sindicato.

Em 2013 fiz parte da chapa eleita nas eleições do Sindicato, onde participei como diretora na Coordenação que tratava dos assuntos referentes aos aposentados. Junto com a toda Direção e a Coordenadora Zedeni Braun, consegui levar vários profissionais, como o Dr. Gilberto Moura, o dono da Farmácia Natura, nutricionista Lani Mara Antunes, psicóloga Ana Koga e o professor da Faculdade de Educação Márcio Bonorino que realizou atividades lúdicas, o coral da Associação dos Aposentados de Pelotas, enfim, com reuniões e palestras com assuntos específicos para os aposentados.

Mais adiante, fui para a Coordenação de Esporte, Cultura e Lazer, que com a ajuda de toda Coordenação e junto com outros dois Coordenadores, Paulo Ricardo Mendes Prestes e Ari Wickibolt, preparávamos, por exemplo, a festa do dia das crianças, a festa de confraternização no final de ano, o baile de carnaval infantil, eventos em geral. Também participei do Grupo de Trabalho “Raças e Etnias”, realizando com a toda a Coordenação da ASUFPEL e junto com o Coordenador deste grupo, Paulo Ricardo Mendes Prestes, eventos marcantes, como, por exemplo, colocar na nossa programação de atividades da ASUFPEL a Comemoração do dia 20 de novembro, na qual se comemora Zumbi dos Palmares. Com isso, tivemos um

projeto da ASUFPEL aprovado pela Prefeitura Municipal de Pelotas, para que fosse incluído nosso evento dentro da programação das atividades do município na Semana da Consciência Negra.

Fizemos parceria também com o projeto da professora Rosemar Gomes Lemos, do Centro de Artes e Coordenadora do NUAAD – Núcleo de Ações Afirmativas da UFPel, onde trabalhamos juntos na Semana da Consciência Negra em Pelotas. Também possibilitamos a vinda do Senador Paulo Paim à Pelotas, na qual o mesmo participou de várias atividades na ASUFPEL, durante um dia inteiro em que participou de reuniões sobre preconceito em geral, principalmente sobre racismo e política, e reunião com movimentos sociais.

Portanto, participei da Coordenação do ASUFPEL durante três anos e quatro meses. Assim sendo, me propus a contar um pouco da história da criação desta Associação. Enquanto produção acadêmica, existe somente o trabalho de conclusão realizado no curso de História da UFPEL, produzido pelo técnico-administrativo Paulo Koschier, sob o título “Sindicalismo no Setor Público, o exemplo da Associação dos Servidores da Universidade Federal de Pelotas” (2006), que aborda mais o papel de Ministério do Trabalho, analisando o trabalhador, e em algum momento cita os servidores técnico-administrativos e, conseqüentemente, a ASUFPEL.

Além do interesse pessoal sobre questões que envolvem os servidores técnico-administrativos, o movimento sindical, a memória e a classe social me motivaram a realizar uma pesquisa histórica sobre a criação da ASUFPEL, que mais tarde tornou-se sindicato. Mesmo antes, enquanto Associação, os servidores técnico-administrativos, que são os protagonistas da pesquisa, não se consideravam trabalhadores, pelo fato de estarem ligados ao Poder Público. O sindicato surgiu como uma entidade representativa de lutas, onde sua principal meta era defender e garantir os direitos legais, com melhores condições de trabalho e uma remuneração digna.

A ilustração deste caminho nas suas motivações e encontros é relevante para mostrar que as experiências individuais, as relações socioculturais, o espaço de trabalho e a instrução pessoal terminam de certa maneira atuando tanto na demarcação de um tema, como na escrita do trabalho científico.

Este conhecimento e essa relevância, em meu entendimento, ainda são mal-entendidos por aqueles que não pertencem a este grupo. E foi por esta constatação que me suscitou a trazer à pesquisa acadêmica uma das temáticas importantes no

que diz respeito à criação da ASUFPEL. O foco desta pesquisa, então, incide sobre a ASUFPEL, abordando como, porque e quais as consequências de sua fundação.

O recorte temporal compreende o período de 1979 até 1989, ou seja, desde a fundação da ASUFPEL, 1979, até o ano de 1989, quando o sistema Presidencialista foi substituído por um Colegiado. Em 1993, com esta gestão eleita, todos os membros da Coordenação passaram a ter também voz ativa, podendo participar das deliberações tomadas pela Coordenação, o que não acontecia antes no sistema Presidencialista, quando duas, no máximo três pessoas, decidiam sobre as questões de demandas do servidor técnico-administrativo.

A entidade, ao longo de três décadas de trabalho, tem atuado firmemente em todos os movimentos que interessam ou influem diretamente nos direitos trabalhistas, no atendimento médico hospitalar e odontológico e na recreação, como também na integração, fazendo campeonatos de esportes, festas de confraternização e realizando a interação entre os técnico-administrativos da UFPel. Também, a historicidade da fundação da ASUFPEL não poderia permanecer perdida, ainda que essa história pertença aos técnico-administrativos da UFPel, à comunidade pelotense e, além disso, tenha sua parcela expressiva nacionalmente.

Esta pesquisa apresenta importância social, não obstante, é a representação da classe dos servidores técnico-administrativos da UFPel, visto que constituem um dos segmentos que compõem a Universidade, juntamente com professores e a sua entidade (a Associação dos Docentes da UFPel - ADUFPEL) e os alunos que são representados pelo Diretório Central dos Estudantes (DCE).

Convém salientar que são raros os estudos que abordam os servidores técnico-administrativos e seus sindicatos no serviço público.

Os principais autores para embasamento teórico deste trabalho são Edward Palmer Thompson, Alessandro Portelli, Ricardo Antunes e Marcelo Badaró Duarte como fonte secundária. A metodologia utilizada na pesquisa incluiu a pesquisa de documentos produzidos pela ASUFPEL, como, por exemplo, os boletins informativos, atas, estatutos, faixas, materiais para realização de manifestações, ofícios, convocações para assembleias com suas pautas, relatórios, fotos, *banners* etc., utilizados como fonte primária.

Além disso, utilizou-se a metodologia de história oral, a qual possibilitou dialogar a partir dos relatos disponibilizados por meio de entrevistas de indivíduos que fizeram parte do movimento no período estudado. Outra razão para a utilização de tal

metodologia está no fato de a história oral possibilitar ao historiador aprofundar a fonte histórica.

Segundo Alessandro Portelli (1997), a metodologia de história oral infere versões do passado narradas por aqueles que as vivenciaram. Desta forma, a história oral orienta-se através da memória.

O autor aponta:

Sobre as singularidades das fontes produzidas pela História Oral o autor vai elencar uma série de elementos que as caracterizam e constituem, como o seu caráter vivo, pois não trata de coisas que falam, mas de pessoas, de vidas, além de serem fontes orais, por mais óbvia que possa parecer essas afirmações, elas são essenciais para se pensar a especificidade dessa metodologia e de suas fontes, pois as transcrições dessas fontes acarretam reduções e manipulações, tendo em vista que a oralidade e a escrita são constituídas por códigos diversos, é preciso dar atenção às linguagens que expressas na oralidade, como os gestos, os tons e o ritmo da fala que podem ser extremamente reveladores e, normalmente, perdem-se na escrita (FARIAS, 2015, p. 4).

A memória está nos próprios alicerces da História, confundindo-se com o documento, com o monumento e com a oralidade. Mas só muito recentemente se tornou objeto de reflexão da historiografia. Só no fim da década de 1970 que os historiadores da Nova História começaram a trabalhar com a memória (SILVA; SILVA, 2006).

De acordo com Meihy (1996), a metodologia da história oral é, além de tudo, fonte, nas formas de história oral híbrida. A história oral híbrida abrange a utilização de fontes diversas, não apenas de relatos orais. Conforme Meihy (1996, p. 129-130):

No caso da história oral híbrida, preza-se o poder de “conversa”, contatos ou diálogos com outros documentos, sejam iconográficos ou escritos como: historiográficos, filosóficos ou literários. [...] A história oral híbrida tem outro objetivo. Ao relativizar a força única da expressão oral, de maneira quase que natural, exige-se a equiparação dos argumentos derivados de entrevistas com outros emanados de diversas fontes. Nesses casos, o que vale mais é a força temática que tira a força da lógica da construção da narrativa oral.

É fundamental mostrar os entrevistados que foram selecionados e os critérios elencados nessa seleção, obviamente com um roteiro, visto que as entrevistas são uma das fontes essenciais dessa pesquisa. Neste caso, privilegiou-se os depoimentos dos associados e dirigentes da época, obtidos mediante entrevistas gravadas, que foram articuladas na feitura de uma narrativa histórica sobre a criação da Associação dos Servidores Técnico-Administrativos da UFPel. Foram efetuadas 10 entrevistas. Entre dirigentes e associados se tinha a intenção de entrevistar 15

peessoas, mas no decorrer da pesquisa houve um imprevisto e permaneceram com 12 entrevistados, sendo 10 da UFPel, um servidor técnico-administrativo da Universidade Federal do Rio Grande do Sul e um servidor técnico-administrativo aposentado da Universidade Federal de Santa Maria.

Na figura a seguir, apresentam-se os conceitos que vão servir para embasar a pesquisa, como concepções de trabalho, associativismo e lutas de classe, já que todos estes termos aqui conceituados abrangem o objeto de pesquisa que é a ASUFPEL.

Conforme a concepção Hegeliana, o trabalho é uma relação peculiar entre homens e os objetos, na qual se unem o subjetivo e o objetivo, o particular e o geral, e que se concretiza através dos instrumentos de trabalho, sendo esses mediadores entre o homem e a natureza. Diante dessa visão, para Hegel, o trabalho se confunde com um processo de transformação, pois no que produz, o homem se reconhece e é reconhecido, além do que a ele, revela-se a relação social existente em que se dá sua produção. Por consequência, é que da utilização dos instrumentos de trabalho, cria-se à relação dos homens com outros homens e com a natureza (OLIVEIRA; SANTOS; CRUZ, 2007, p. 2).

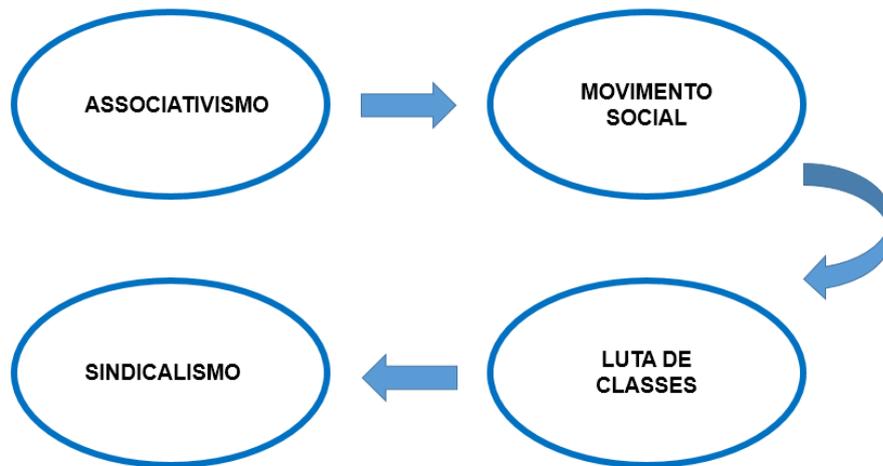


Figura 1 – Conceitos

Para falar em classes sociais é necessário que se fale na questão do trabalho que propicia consolidar um anseio, uma vontade permanente de alcançar propósitos na vida do ser humano, para que possa se expressar através de suas ações e seus projetos, ampliando sua capacidade pessoal e profissional. É através do trabalho que o homem aprende a conviver com as características ou particularidades de outras pessoas, sendo reconhecido como profissional, especializando-se em alguma área, efetivando e melhorando sua qualidade de vida:

O trabalho, essencialmente, é uma ação própria do homem mediante a qual transforma e melhora os bens da natureza, com a qual vive historicamente em insubstituível relação. Nesse sentido, pode-se afirmar que o homem trabalhou sempre e que não existirá momento, na terra, em que não será necessário trabalhar. O primeiro fundamento do valor do trabalho é o próprio homem, seu sujeito, o trabalho está em função do homem e não o homem em função do trabalho. Conseqüentemente, o fundamento para determinar o valor do trabalho não é o tipo de trabalho que se realiza, e sim o fato de que quem o executa é uma pessoa. As fontes de dignidade do trabalho devem buscar-se, principalmente, não em sua dimensão objetiva, e sim na sua dimensão subjetiva. O valor do trabalho não reside no fato de que se façam coisas, mas de que são coisas feitas pelo homem (MIGLIACCIO FILHO, 1994, p. 22)

O trabalho é inerente ao ser humano, que consegue alterar o meio ambiente, que convive historicamente em insubstituível relação, através de seu trabalho, estabelecendo a natureza a seu serviço conforme suas necessidades.

Segundo Karl Marx (1987, p. 384):

A primeira troca entre trabalho e capital é um processo formal, onde o capital se configura em dinheiro e a força de trabalho assume a forma de mercadoria. A venda da força de trabalho ocorre ideal ou juridicamente nesse primeiro processo, embora só se pague o trabalho após a execução, no fim do dia, da semana etc. Essa circunstância em nada altera a transação em que se vende a força de trabalho. O que aí diretamente se vende não é mercadoria em que o trabalho se realizou e sim o uso da própria força de trabalho, de fato, portanto o próprio trabalho, pois o uso dessa força é a ação dela, o trabalho. Não se trata assim de troca de trabalho realizada por meio da troca de mercadorias. Se A vende sapatos a B, ambos trocam trabalho, o primeiro, trabalho realizado em sapatos, e o segundo, em dinheiro. Mas, na primeira troca se permuta trabalho materializado na forma social geral, isto é, em dinheiro, por trabalho que até então só existe como poder; e o que é comprado e vendido é o uso desse poder, ou seja, o próprio trabalho, embora o valor da mercadoria vendida não seja o valor do trabalho (uma expressão irracional), mas o valor da força de trabalho. Dá-se, portanto diretamente troca entre trabalho materializado e força de trabalho, que de fato se reduz a trabalho vivo; por conseguinte, entre trabalho materializado e trabalho vivo. O salário - o valor da força de trabalho - toma por isso a aparência, conforme se explicou antes, de preço direto de compra, preço do trabalho.

Na medida em que é citado o termo “trabalho”, faz-se na intenção de chegar ao conceito de classes sociais, pois aparecem as classes sociais em razão do trabalho, se estabelece uma relação entre trabalho e classe social que é consequência das relações de produção, onde existe o empregado e o empregador, aparecendo uma estratificação social:

De acordo com a teoria marxista sobre a divisão das classes, em toda a sociedade capitalista existe um grupo dominante, responsável por ditar os padrões vigentes naquela sociedade, além de influenciar o controle do Estado, direta ou indiretamente. Por outro lado, também existe uma classe dominada, formada por trabalhadores com baixa instrução profissional e educacional. Para Marx, uma classe social é definida por sua forma de relacionar-se com os meios de produção e pela maneira que se obtém sua

renda. Assim, a partir de sua posição teórica, existem dentro do capitalismo duas classes sociais antagônicas em interesses: a burguesia, que apresenta a propriedade dos meios de produção; e o proletariado, classe oprimida que se vê obrigada a vender sua força de trabalho à burguesia para sobreviver. Do ponto de vista marxista, este antagonismo terminaria com a vitória do proletariado e daria lugar (após o período de apropriação do estado) a uma sociedade sem classes sociais<sup>1</sup> (CONCEITOS, s./d., s./p.).

Na percepção aqui adotada, as classes sociais se explicam nas relações de produção, mais exatamente na disposição em que se encontra na categoria do trabalho. Na questão da classe trabalhadora, pensa-se na premência de considerar o conceito de maneira mais estendida, para que possa abranger na íntegra todas as pessoas, onde sua sobrevivência resulte da venda da sua força de trabalho. Demonstra-se como, historicamente, a partir de ferramentas para o estudo da formação social, compreende-se que são duas as classes nas sociedades capitalistas: a classe dos capitalistas e a classe dos trabalhadores. Entre estas classes, fica no centro o trabalho assalariado, demonstrando que aconteceram transformações nas últimas décadas que tornaram mais difícil uma investigação precisa sobre a classe trabalhadora, pois esta encontra-se mais pulverizada.

Todavia, concorda-se que as classes sociais são agrupamentos extensos em que a exploração, dominação cultural, opressão política e econômica decorrem do privilégio político, da desproporção econômica e da distinção cultural.

A luta de classes, que seria, portanto, o motor das mudanças sociais, refletiria as diferenças materiais que se instauram no meio social. Essas mudanças poderiam ocorrer de forma gradual ou, em casos extremos de desigualdade, por meio de revoluções. Marx dedicou-se a tentar observar na história humana as formas como ocorreram as diferentes mudanças sociais nas sociedades europeias anteriores ao capitalismo. Desde as comunidades caçadoras coletoras, as primeiras relações escravistas, até as relações feudais entre os senhores proprietários de terras e os servos que se submetiam ao seu comando, Marx observou que os conflitos sociais estavam ligados sempre à condição econômica dessas sociedades. Nessa perspectiva, Marx acreditava que, assim como os comerciantes que ascenderam durante o período feudal para derrubar o poder da nobreza, a classe proletária, ou os trabalhadores, também poderia mudar as organizações sociais do mundo capitalista. Para Marx, a revolução do proletário seria inevitável (RODRIGUES, 2008, s./p.).

---

<sup>1</sup> “Marx definiu classe social como a posição comum de um conjunto de indivíduos no interior das relações sociais de produção. Para ele, classe era um grupo social com uma função específica no processo produtivo. Por exemplo, os proprietários de terra, os capitalistas e os trabalhadores constituem classes distintas. Cada um deles ocupa um lugar específico no processo de produção: uns possuem a terra, outros, o capital, e os trabalhadores, a habilidade de trabalho. As diferentes funções dão a cada classe interesses conflitantes, além de ideias e maneiras de agir diferentes. A História, por sua vez, seria o relato desses conflitos. Nesse sentido, a tradição marxista tende a conceituar classe com base no lugar que cada grupo ocupa na economia” (SILVA; SILVA, 2009, p. 63).

Entende-se que para se obter algum resultado na luta de classes em benefício dos interesses dos trabalhadores, é preciso quebrar paradigmas nas incoerências reais experimentadas pela classe trabalhadora, começando com uma crítica teórico/prática em relação ao domínio capitalista, construindo uma plataforma de mudanças e bandeiras de lutas, onde possibilite edificar contingências de mudanças da realidade estabelecida. E esta é a necessidade de que se criasse movimentos sociais, como, por exemplo, associações e sindicatos, para defender os interesses que beneficiassem os trabalhadores.

É neste universo do trabalho, com mutações cada vez que mais aceleradas, que se torna necessário que o movimento sindical tenha a capacidade de se atualizar e se arranjar em suas ações, ou seja, um sindicato advoga os direitos e benefícios de um grupo de pessoas da mesma categoria.

No que diz respeito a noção de sindicato, em um sentido *lato sensu*, trata-se de uma associação que agrega pessoas pertencentes a uma mesma parcela econômica, trabalhista e social. Cita-se aqui, como exemplos, sindicatos de trabalhadores (carteiros, metalúrgicos, professores, médicos etc.). Da mesma forma, sindicatos de empregadores ou empresários, os chamados sindicatos patronais que, entretanto, não serão abordados nesta pesquisa.

Os sindicatos apresentam como escopo central a proteção dos benefícios, direitos profissionais, econômicos, sociais e políticos dos seus associados e são sustentados, sobretudo, através colaborações sindicais remuneradas dos trabalhadores associados. Foram criados e estruturados no decurso da Revolução Industrial na Inglaterra (século XVIII). No início, as associações eram chamadas de *trade unions*.

Não há como analisar a sociedade brasileira de hoje sem levar em conta a importância das organizações sindicais. Nas últimas três décadas, inúmeras greves, a ascensão de lideranças políticas vindas do meio sindical (incluindo um Presidente da República), o surgimento das centrais sindicais, as tentativas de grandes pactos nacionais, entre outros aspectos, estão a nos alertar para a posição central dos trabalhadores organizados em qualquer proposta para o Brasil. Mas a experiência de luta dos últimos anos, vivida diretamente por muitos de nós, não deve nos levar ao julgamento de que o sindicalismo (ou o "sindicalismo combativo") no Brasil é coisa recente (MATOS, 2009, p. 7).

Ser militante do movimento sindical é dedicação à enfrentamentos e estruturação do movimento dos trabalhadores. Existem circunstâncias únicas e em alguns instantes organização e crescimento do movimento sindical de classe não deve

de maneira nenhuma ser contrária ou interromper o papel voluntário da militância sindical ou dos dirigentes e membros do sindicato que têm uma atividade sindical e estão nos embates grevistas numa base cem por cento voluntária.

Cabe ao sindicato negociar coletivamente, intervir legalmente em ações judiciais, como em casos de assédio moral, perseguição, atividade ilegal da profissão e precariedade de vínculo empregatício, bem como negociar com o gestor em casos de demandas relativas a movimentos grevistas, jornada de trabalho e proteção aos direitos adquiridos. Em resumo, o sindicato representa os seus filiados.

O conceito de associativismo é outra noção que contribui para o desenvolvimento desta pesquisa. O associativismo<sup>2</sup> é um recurso usado a fim de preparar pessoas com os mesmos objetivos de interesse para conseguir se sustentar, tendo como premissa uma aliança, onde exista uma moralidade exclusiva e leis e regras que regulam a vida em sociedade, sendo imprescindível a coesão e junção, como também o empenho do grupo, seguindo os princípios que requer uma sociedade.

No que diz respeito ao questionamento ou problema da pesquisa, busca-se responder a seguinte questão: Quais foram os efeitos da criação da ASUFPEL para a categoria dos técnico-administrativos da UFPel?

Os conflitos são inerentes às relações humanas e, neste ponto, aqui pensa-se na complexidade do processo de criação de uma Associação no âmbito de uma categoria de servidores técnico-administrativos.

Desta forma o objetivo geral do estudo visa explorar fatos, desde a criação da Associação dos Servidores Técnico-Administrativos em 1979, e seus impactos em relação aos técnico-administrativos da UFPel, na sua trajetória até 1989. Como objetivos específicos, estão: a) entender a relação entre a Associação e as Gestões Superiores, assim como as relações com o Governo neste período de 1979 a 1989; e b) examinar a estruturação e a atuação da Associação ASUFPEL.

A dissertação foi pensada num plano com dois capítulos:

---

<sup>2</sup> “O Associativismo é um instrumento vital para que uma comunidade saia do anonimato e passe a ter maior expressão social, política, ambiental e econômica. É por meio de uma associação que a comunidade se fortalece e tem grandes chances de alcançar os objetivos comuns. O Associativismo é fruto da luta pela sobrevivência e pela melhoria das condições de vida de comunidades. Associação é uma pessoa jurídica, devidamente registrada em cartório e constituída livremente pela união de pessoas. Essa união acontece para a melhoria das condições de vida do grupo e da comunidade. A participação, a solidariedade, a cooperação em torno de objetivos comuns, têm sido fundamentais para assegurar melhores condições de vida das comunidades. Essa prática, mais do que uma forma de organização, é uma construção e uma conquista social” (UFSM, 2015, p. 5).

O primeiro capítulo aborda a sindicalização dos servidores públicos federais, destacando o processo de sindicalização dos técnico-administrativos das universidades federais. De modo mais específico, busca-se discutir alguns aspectos relacionados à criação da Associação dos Servidores da Universidade Federal de Pelotas (ASUFPEL) em 1979. A ideia é recuperar aspectos da história desta Instituição, ressaltando as circunstâncias e os motivos que levaram a sua criação pelos técnico-administrativos da Universidade Federal de Pelotas (UFPEL).

E, o segundo capítulo, está centrado na construção e uso de fontes orais, onde se descobre a subjetividade, através de entrevistas entre dirigentes na época da fundação da ASUFPEL, como também de associados. Desta forma, percebe-se de que forma opera a memória como elemento relevante para a construção da pesquisa.

## **1 A Fundação da Associação dos Servidores da Universidade Federal de Pelotas (ASUFPEL)**

Neste capítulo, após abordar de modo geral o processo de sindicalização dos servidores públicos federais, com destaque para a organização sindical dos técnico-administrativos das universidades, busca-se discutir alguns aspectos importantes relacionados à criação da Associação dos Servidores da Universidade Federal de Pelotas (ASUFPEL) em 1979.

### **1.1 O servidor público e o direito à sindicalização: se reconhecendo como “trabalhador”**

Tem-se aqui como meta incitar o pensamento a respeito da transformação histórica no setor público e a necessidade de mudança nas ações do servidor público técnico-administrativo com a implementação, ainda que paulatinamente, de novas políticas de gestão pública em razão da importância do tema para o bom desenvolvimento das funções daquele. Para tanto, é importante que a sociedade e a Administração Pública reconsiderem a função do servidor público, visto que a partir do rompimento de métodos clássicos burocráticos de direção dos orçamentos públicos, também as funções antes padronizadas do agente público sofreram alterações.

No Brasil, a partir da década de 1980, foi implementado um “novo modelo de gestão” comprometido com o desenvolvimento do serviço público brasileiro, valorizando o servidor público como agente de transformação da Administração Pública, inserido no contexto de busca constante de eficácia da máquina pública.

No período em tela, a sociedade passou por transformações profundas, sejam elas no âmbito social, econômico, cultural ou político. O indivíduo buscou, no exercício da cidadania, a efetivação de direitos e garantias fundamentais e participou ativamente da construção do Estado Democrático. Igualmente, o servidor técnico-administrativo precisou se atualizar, com o propósito de que suas ações não fossem aplicadas apenas na sua individualidade, mas em razão de normas legais impostas

pela Constituição Federal de 1988 e outras legislações afins que primam pela correta aplicação do interesse público maior.

Em primeiro lugar, faz-se necessária a conceituação etimológica do que é a figura do servidor público. Segundo Di Pietro (2004, p. 433), servidor público é o termo utilizado, *lato sensu*, para designar “as pessoas físicas que prestam serviços ao Estado e às entidades da Administração Direta e/ou Indireta, com vínculo empregatício e mediante remuneração paga pelos cofres públicos”. Dito isto, parte-se do princípio de que as atividades do servidor público são essencialmente de cunho legal e, portanto, legítimas, gozando o agente de legitimidade e fé pública na representação da própria administração pública.

Odair Santos<sup>3</sup> e Carlos Eduardo Inglesi definem servidor público da seguinte forma:

Servidor público é a pessoa física que presta serviços de natureza não eventual a Administração Pública Direta e suas autarquias e fundações, sob a dependência do Estado. Podemos extrair deste conceito suas características, a saber: a) Profissionalismo: o vínculo dos servidores se forma com a Administração pelos seus conhecimentos profissionais, não importando se exerça cargos de comando ou subalternos... b) Dependência de relacionamento: os servidores públicos não possuem autonomia no cargo ou emprego, porque seus comportamentos são prescritos pela Administração Pública; c) Não eventual: a relação jurídica estabelecida XXIII com o Estado é pré-fixada em normas jurídicas, cujas funções são estabelecidas e determinadas no ato da investidura da pessoa física. Nesta relação não há dependência de acontecimentos incerto ou causal; d) Relação de trabalho: a relação de trabalho decorre do provimento e da investidura para o cargo, ou emprego, com exceção dos cargos em comissão que são nomeados também rescindindo o contrato de trabalho ‘ad nutum’ (SANTOS; INGLESII, 2008, p. 88-89).

O desenvolvimento do aparelho estatal brasileiro reconhece três modelos: patrimonialista, burocrático e gerencial. A administração patrimonialista é característica dos Estados que precedem o desenvolvimento do capitalismo industrial em suas distintas variáveis, sendo caracterizado pelo clientelismo político. Patrimonialismo, clientelismo e nepotismo são fenômenos que vêm sendo estudados com a intenção de esclarecer aspectos da história da administração no Brasil. Falar em Estado patrimonialista remonta a tradição de apropriação do que é público pelo privado. Até a revolução de 1930, este modelo prevaleceu (SARTURI, 2013).

---

<sup>3</sup> Bacharel em Direito pela Universidade Braz Cubas em janeiro de 1994. Mestre em Direitos Difusos e Coletivos pela Universidade Metropolitana de Santos. Especializado em Direito Tributário pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, Doutor em Sociologia.

Posteriormente, anos 1980, os servidores públicos adquiriram um perfil mais profissional em razão de uma reação da sociedade brasileira que começou a reivindicar, com mais veemência, soluções para as suas necessidades básicas. Neste contexto, percebe-se que o servidor público vai internalizando, gradualmente, essas necessidades e estabelecendo uma postura de maior identificação com a sociedade.

A partir da segunda metade da década de 1980 ocorre uma expressiva inclusão da chamada “nova gestão pública”. Este modelo é o primeiro a considerar o setor público do país de um modo mais democrático, intitulando-se, inclusive, de “Nova Administração Pública”. Essa consideração permanece presente, conforme observa Guimarães (2000), asseverando que:

[...] no setor público, o desafio que se coloca para a nova administração pública é como transformar estruturas burocráticas, hierarquizadas e que tendem a um processo de isolamento, em organizações flexíveis e empreendedoras (GUIMARÃES, 2000, p. 127).

A partir deste momento histórico, também se percebeu uma cultura enraizada no corpo social, onde funcionário público é o funcionário incapaz, aquele agente favorecido pelo “apadrinhamento” e não como um técnico apto e comprometido com sua função.

Todavia, Cardoso (1997) afirma que o que se percebe, na verdade, é que em média os funcionários públicos têm mais preparo em termos de educação formal que a maioria da população brasileira. Embora a maior parte dos servidores possa ser considerada de nível médio (por terem completado o ensino médio), existe uma parcela razoável de servidores com nível superior (completo ou incompleto), o que descaracterizaria uma suposta não qualificação dos servidores. Percebe-se, pois, que em regra os funcionários públicos estão com um preparo formal mais elevado em detrimento da média da população brasileira. Existe, portanto, uma parcela significativa de técnico-administrativos com preparação superior à exigida pelo cargo que ocupam, o que demonstra a grande procura dos indivíduos pelo setor público, apesar de suas deficiências, bem como o nível de capacitação destes funcionários.

Assim, em relação aos técnico-administrativos, infere-se a necessidade de que estes participem do processo, executando suas funções com primazia e buscando melhorar o seu trabalho com vistas a servir o cidadão. Tem de ter consciência que ele presta serviços à população, busca no serviço público (em seus mais distintos campos) respostas a questões básicas de modo eficaz. Ao servidor público compete

a responsabilidade de finalizar a prestação do serviço conforme as demandas, executando-as com eficácia, prudência e cortesia, conforme primados da ética administrativa pautados na Constituição Federal de 1988.

## **1.2 O Novo Sindicalismo Brasileiro e o funcionalismo público**

O movimento sindical brasileiro tem um regime próprio que se apresenta separado em diversos graus hierárquicos, de onde seus papéis se dão a partir da defesa dos direitos dos trabalhadores e se fragmenta em Sindicatos, Federações, Confederações Nacionais e Centrais Sindicais. A distinção de cada uma delas se dá da seguinte forma:

- Os Sindicatos defendem os direitos dos trabalhadores de uma classe, ajustando questões em contato direto com os empregadores. Suas pretensões expressam ideias considerando especialmente proteger os direitos e o ajustamento salarial;

- As Federações são associações estabelecidas para advogar o que seja proveitoso aos interesses gerais dos sindicatos que as integram. Elas podem ser regionais ou nacionais.

- Já as Confederações Nacionais são compostas de, no mínimo, três Federações que refletem uma parcela de associações. Sua atribuição desde sua representação em pronunciações políticas coerentes até a composição de programas que fomentam o crescimento no seu campo de ações.

- E, finalmente, existem precisamente as Centrais Sindicais, que unem os sindicatos de várias categorias. As mais importantes são CUT (Central Única dos Trabalhadores) e Força Sindical, com um desempenho equivalente à das Federações, contudo, ocupando e exercendo funções que sejam favoráveis aos interesses de Sindicatos de distintas partes.

O ressurgimento do movimento sindical a partir de 1978 com o “novo sindicalismo”<sup>4</sup> significou o rompimento com o paradigma sindical corporativista e fiscalizado através do Estado.

---

<sup>4</sup> “Em 12 de maio de 1978, uma greve promovida pelos funcionários da montadora Scania, devido ao não pagamento de um aumento costumeiro por parte da empresa, surpreende o país. A greve, “espontânea” nas palavras liderança sindical Luís Inácio da Silva, não teria maiores repercussões, não fosse o fato de ter se expandido, em seguida, para diversas fábricas do ABC paulista e depois ter alcançado, também, a capital paulista. No mesmo ano, eclodiram greves também em Osasco e

O surgimento do movimento grevista, além de romper relações com o associativismo clássico, propiciou o começo de uma organização sindical firme, sólida e contestadora em relação a organização corporativista.

Os ajustes entre os empregados e os empregadores têm uma especificidade em sua forma de negociar, onde os acordos ou dissídios são temporários e a cada certo período estas negociações são reexaminadas, dissolvendo ou sendo criadas cláusulas, esclarecendo que dissídio é em relação ao setor privado e data-base para os servidores públicos.

Entretanto, o movimento de organização e mobilização sindical dos servidores públicos remonta à década de 1950. Em 1952, surgiram a Confederação dos Servidores Públicos no Brasil e a União Nacional dos Servidores Públicos do Brasil, que acabaram padecendo com o golpe militar de 1964.

No começo do ano de 1978, em um ápice associativo em que se aludia uma realidade mais sindical, eclodiram greves em diversos setores públicos, movimentos estes realizados em maio daquele ano. Estes movimentos significaram o começo das mobilizações, reivindicando os preceitos da democracia, onde os servidores públicos entraram de vez no cenário político. Do ponto de vista legal, aos trabalhadores do serviço público era apenas permitida a fundação de associações meramente recreativas, assistenciais e culturais.

---

Guarulhos (ANTUNES, 1989, p. 84). Esta greve era a primeira de muitas que viriam, com os anos de 1978-1979 sendo marcados por uma onda inusitada de greves. Em 1980, ocorreria nova greve no ABC, dessa vez desencadeada pelo Sindicato dos Metalúrgicos do ABC. Com uma duração de mais de 40 dias, o movimento grevista enfrentou a cassação da diretoria do sindicato, a prisão de Lula e outras lideranças do movimento com uma adesão estimada em 90%. Era o início de um movimento sindical que a literatura das Ciências Humanas e Sociais consagraria, ainda que com algumas divergências, sob o termo “novo sindicalismo”. Lula, ao ser indagado sobre como foi a organização, a estruturação e sua participação no movimento grevista de 1978, respondeu: “Eu continuo dizendo que a greve foi espontânea. Num determinado momento da história trabalhista, a classe trabalhadora resolveu parar” (NAPPT/SP, 1981: 118.) [...] As interpretações acerca do “novo sindicalismo” são variadas, com ensaios que apontam para caminhos opostos sobre o que este seria “novo sindicalismo”. Segundo Antunes, o movimento grevista que se iniciou em 1978 no ABC é um marco na trajetória sindical brasileira por inúmeros motivos, como a retomada das greves, o nascimento de novas centrais sindicais, aumento nos índices de sindicalização, entre outros. Na configuração desse “ressurgimento sindical”, um ponto, para Antunes, é indiscutível: essas ações eram uma luta clara contra a superexploração do trabalho (1995, p. 11-13). Discorrendo sobre as táticas grevistas do “novo sindicalismo”, o autor aponta para a diversificação das manifestações grevistas como um ponto diferencial em relação às práticas anteriores do sindicalismo brasileiro. Todavia, Antunes não deixa de atentar para o fato de que o ressurgimento das greves gerais, na década de 1980, reeditou as ocorridas no pré-64 (Ibidem, p. 12-24). Antunes busca em sua análise alertar para a repercussão política que o movimento grevista de 1978/1980 teve no cenário nacional, ainda que não fosse esse o objetivo dos metalúrgicos do ABC. Todavia, dada a situação de penúria, fruto do arrocho econômico por que passava a classe trabalhadora, não é de se estranhar que a maioria das greves tivesse, como eixo central, aspectos econômicos. Analisando as tendências políticas na formação das centrais sindicais que emergiram” (SILVA, 2008, p. 75).

Este mesmo período ficou marcado pelo ressurgimento sindical no panorama político brasileiro, após uma extensa quietude a que foi forçado, denominado “anos de chumbo” (é a designação do período mais repressivo da ditadura militar no **Brasil**, tendo início em 1968, com a edição do AI-5 em 13 de dezembro daquele ano, até o final do governo Médici, em março de 1974)<sup>5</sup>. Sem a preparação necessária para tratar essa situação, a reação do governo foi de não aguardar. Imediatamente, em dezembro de 1978, adotou uma medida atribuindo uma nova definição quanto as funções indispensáveis à prestação do serviço público. Neste contexto, editou a Lei dos Crimes Contra a Segurança Nacional (Lei 6.620/1978) que, por sua vez, em seu art. 35, definiu como crime “a paralisação ou diminuição do ritmo normal do serviço público ou atividade essencial definida em Lei, com o fim de coagir qualquer dos Poderes da República.”

No período compreendido de 1978 a 1989, os trabalhadores do setor público prepararam-se e aliaram seus enfrentamentos em amplos movimentos de manifestações por direitos. Ocorreram extensas greves que geraram grandes prejuízos a iniciativa privada.

Como foi exposto anteriormente, aos funcionários públicos não era permitido que se organizassem em sindicatos. Desta forma, primeiramente, se organizaram como associações de cunho cooperativo. O que se observava neste cenário é que em algumas situações existia troca de favores com lideranças políticas tradicionais que contavam com prestígio junto ao governo autoritário. Para que isto funcionasse, era preciso que os subjugados do processo estivessem minimamente informados e atuantes e uma vez que era proibida a composição de sindicatos no serviço público, as ações destes começaram a ter cunho político com o intuito de assumirem independência e autonomia de organização, numa condição em que o núcleo de suas lutas era o problema da liberdade democrática universal.

A situação era, pois, extremamente propícia à ação ao movimento sindical no serviço público. Mesmo onde houve impedimento do exercício sindical, o governo viu-se obrigado a ceder para que as negociações continuassem admitindo e confirmando qualquer acordo.

---

<sup>5</sup> Conforme informações retiradas da Wikipédia (2018).

Com tudo isso, a situação salarial dos servidores públicos teve uma excessiva opressão aliada a uma crise na situação financeira do governo, com aumento acelerado da inflação, o que ocasionou sucessivas alterações salariais.

Com a promulgação da Constituição de 1988, nos incisos VI e VII do artigo 37 do Capítulo VII, afirma-se o direito à associação sindical e também o direito de greve. As associações dos servidores tiveram que se adaptar e ajustar sua composição legal enquanto sindicatos. Entretanto, a regularização destes mecanismos prossegue, esperando então todo o movimento sindical se adequar a uma nova realidade.

O movimento sindical do setor público constituiu, juntamente com bancários e metalúrgicos, um suporte importante na dinâmica que originou a Central Única dos Trabalhadores (CUT), fundada em 1983. Embora autores que estudam a CUT desde sua criação mostram um cunho classista da central que despontava, existe uma polêmica nesta questão. Boito Jr. (1999), por exemplo, considera excessivas as análises que creditam à CUT das origens uma posição marcadamente socialista, afirmando que a CUT, tinha, um discurso genérico de simpatia pelo socialismo.

Segundo Boito Jr. (1999, p. 132-133),

[...] a estratégia da CUT em seus primórdios pode ser assim definida: Em primeiro lugar, a CUT foi, gradativamente, consolidando uma plataforma de transformações econômicas e sociais antagônica à política de desenvolvimento do Estado brasileiro, além de intervir de modo ativo na luta pela democracia. (...) Em segundo lugar, se é verdade que essa plataforma não foi levada, na sua inteireza, para a ação prática, nem por isso deve-se supor que ela tenha permanecido letra morta. A CUT organizou campanhas, no âmbito nacional e internacional, pelo não pagamento da dívida externa e interveio ativamente a favor da reforma agrária na elaboração da Constituição de 1988. Ademais, nas greves gerais nacionais de protesto que organizou ao longo da década de 1980, contra a política econômica do governo, a CUT propagandeou e agitou sua plataforma de transformações econômicas e sociais.

Um ano depois da oficialização da Constituição, em 1989, o movimento sindical já tinha conseguido chegar aos níveis federal, estadual e municipal, concretizando 839 greves, 38,2% na totalidade de movimentos em greve efetuados naquele ano.

Como consequência da organização dos trabalhadores do serviço público, o governo legaliza no Congresso Nacional, precisamente em 1989, a Lei 5.540/68, regimentando os serviços ou atividades julgadas indispensáveis, estabelecendo regras restritivas na concretização de greves no setor. Entre as funções imprescindíveis estão: 1. Fornecimento e água tratada; geração e dispor sempre de

energia elétrica, gás e combustível; 2. Amparo médico; 3. Continuar com a organização de distribuição e comercialização de remédios e comida; 4. Auxílio nos Funerais; 5. Viaturas e transporte à disposição quando necessário; 6. Fiscalização nos serviços de recolhimento de lixo e tratamento de esgotos; 7. Serviços de telecomunicações; 8. A fiscalização da utilização de substância radiativa e materiais nucleares; 9. Fiscalização de trânsito aéreo; e 10. Continuar normalmente com a compensação bancária.

A organização sindical dos servidores públicos não parou de crescer nos anos 1990, embora seja este o período em que o conjunto de políticas de ajuste estrutural do capitalismo ganhe campo e visibilidade no país. Deste modo, a implementação das políticas neoliberais torna também mais latente o momento de refluxo das lutas sindicais. Enquanto progredem as políticas neoliberais, reforça-se o andamento de privatização das empresas estatais.

Houve um aumento da quantidade de categorias do setor público envolvidos em manifestações (greve ou paralisação), além de setores tradicionalmente mobilizados, e houve movimentos inéditos por parte de servidores da Receita Federal, Polícia Federal, Magistraturas, Policiais Civis e Militares.

Constata-se que dessa conjuntura surge uma nova situação de que pode resultar um novo processo, ainda inédito no Brasil, de formação de um acordo dos servidores técnico-administrativos da esfera federal, visando uma mobilização ampla, massiva e intensa. Neste sentido, foi criada a Coordenadoria de Entidades dos Servidores Públicos Federais, responsável pela paralisação unificada em 2002, movimento que envolveu setores da saúde, previdência, receita federal e professores federais.

Em relação aos técnicos-administrativos das universidades brasileiras, a instauração de uma estrutura sindical trouxe possibilidades e desafios. O estabelecimento de sindicatos deu forma legal ao rompimento com o padrão associativo recebido do trabalhismo populista. Já ao longo da década de 1980, os funcionários públicos demonstraram uma nova proposta em relação ao serviço público.

Os técnicos almejavam ser valorizados como agentes que faziam parte da construção da Universidade, além de terem parte significativa neste processo, ou seja, eram atores sociais que participavam das demandas do processo social. Os servidores públicos desejavam uma maior participação no campo político e ideológico,

participando dos movimentos de mudança social, fazendo parte da reestruturação e da democratização da Educação.

O movimento associativo dos técnico-administrativos projetou a categoria no panorama universitário, criando diferentes embates que reverberaram na sua auto-organização. O associativismo colocou em evidência as suas formas de organização, destacando uma importante meta: alcançar reconhecimento de que os TAEs eram agentes relevantes do sistema federal de ensino. Tal processo ocorreu mediante a redefinição de sua identidade social através do movimento associativo, legitimando os servidores como trabalhadores em educação.

### **1.3 Nascimento dos Sindicatos nas Universidades**

As Universidades são instituições que contraíram uma função bastante relevante nas novas sociedades. Oferecem evolução na transmissão de saberes e de informações, onde são definidos também amplos meios de ensino. Com este produto, que é o saber, além da estrutura física, as estruturas didáticas e administrativas aparecem como essenciais na construção pedagógica, às quais se conectam professores, funcionários e alunos.

Pois é neste aparelhamento que produz o saber e ciência que será criada uma organização sindical no setor público. Deste modo, perceber as particularidades que cruzam tal movimento cria uma preocupação quanto aos acontecimentos históricos expressivos da estrutura político-administrativa, fazendo com as que pessoas adquiram conhecimento, saberes e comecem a questionar determinadas situações e exigir soluções.

A esfera universitária já mostrava uma preocupação em se atualizar, o que se demonstrava através do suporte à pesquisa, estimulada em tempo integral, inclusive com o encaminhamento referente a questões locais e nacionais.

Na sequência do Golpe Militar de 1964, as Universidades foram alvo do governo e se viram obrigadas a não seguir princípios lógicos de ensino, pesquisa e extensão, pois se estabeleceram dentro delas estruturas repressoras usadas também na sociedade. No fim da década, foi criado um sistema de “limpeza” no interior das universidades, afastando professores “marxistas” ou “revolucionários”.

Com o estabelecimento da lei 5.540/68, que trata da lei da Reforma Universitária, estudantes, docentes e técnico-administrativos foram afastados da

administração da universidade. Ocorre uma reorganização coagida, disseminando um poder dominador e centralista demarcado em um engodo de fiscalização burocrata<sup>6</sup>. O autoritarismo veio acompanhado de dificuldades financeiras (para as instituições) e salariais, afetando negativamente a realização das tarefas básicas tanto de docentes quanto dos técnico-administrativos. Os obstáculos para a execução de pesquisas foram grandemente prejudicadas em todas as esferas.

Já no fim da década de 1970, ocorreram alterações expressivas nas associações. As ações das entidades dos técnico-administrativos passaram a acompanhar o novo sindicalismo, principalmente nos setores da Saúde e Educação, com a ampliação do discurso em nível nacional e com a criação da Federação dos Servidores Universitários Brasileiros (FASUBRA) e da Associação dos Docentes do Ensino Superior (ANDES), atualmente Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior. Assim, iniciaram-se as ações sindicais, de fato, demandando mudanças no interior das associações que já existiam.

Nos anos 1980, com o país em grandes dificuldades econômicas e sociais, ocorre a supressão de valores orçamentários das universidades públicas pelo governo. Ainda assim, técnico-administrativos conseguiram se organizar por meio de associações, mas, ainda, mantiveram-se afastados das deliberações sobre o destino das Universidades.

Com o “novo sindicalismo”, houve uma revitalização que começou com um percurso cheio de discrepâncias e dificuldades, o que vai se refletir nas observações dos condutores ao explicarem a responsabilidade interna do movimento sindical, nas ideias políticos-sindicais que se tornam evidentes e que vêm conduzindo a ação das associações, nos resultados para o movimento da tomada de regras e leis quanto à sindicalização e, principalmente, na vinculação firmada com os seus associados e a sociedade, conforme considerado o direito de paralisações com tempo determinado ou não no setor público.

Ocorre também a dissociação dos sindicatos por categorias de trabalho, ou seja, agora se especificam as funções de cada servidor e seu exercício nos órgãos públicos como a Associação de Docentes do Ensino Superior/Sindicato Nacional (ANDES/SN) e a Federação das Associações de Servidores das Universidades Brasileiras (FASUBRA).

---

<sup>6</sup> Informações retiradas do site Trabalhos Uenp (s./d.).

#### 1.4 A fundação da Associação dos Servidores da Universidade Federal de Pelotas – ASUFPEL – UFPel

Em meados de 1979, os servidores públicos das Universidades Públicas Brasileiras aparecem no cenário do mundo do trabalho em um quadro personalizado como “trabalhadores”. E se estabelecem no serviço público, mostrando uma consciência de classe, isto é, onde também existia exploração e submissão.

O problema das classes é que necessitava de mudanças fortes na política. Onde quaisquer enfrentamentos sociais do passado evidenciavam a luta de classes com importante extensão do sistema histórico, neste exato momento a classe contraia uma consciência de classe, tanto que não se determinava em preceitos exclusivamente econômicos, mas em seu espaço político.

Como Marx afirma em correspondência a Bolte, em 1871:

O movimento político da classe operária tem como objetivo último, é claro, a conquista do poder político para a classe operária e para este fim é necessário, naturalmente, que a organização prévia da classe operária, elaborada na prática da luta econômica, haja alcançado certo grau de desenvolvimento. Por outro lado, todo movimento em que a classe operária atua como classe contra as classes dominantes e trata de forçá-las ‘pressionando do exterior’, é um movimento político. Por exemplo, a tentativa de obrigar, através das greves, os capitalistas isolados à redução da jornada de trabalho em determinada fábrica ou ramo da indústria, é um movimento puramente econômico; pelo contrário, o movimento visando a obrigar que se decrete a lei da jornada de oito horas etc., é um movimento político. Assim, pois, dos movimentos dos operários separados por motivos econômicos, nasce em todas as partes um movimento político, ou seja, um movimento de classe, cujo alvo é que se dê satisfação a seus interesses em forma geral, isto é, em forma que seja compulsória para toda a sociedade. Se bem que é certo que estes movimentos pressupõem certa organização prévia, não é menos certo que representam um meio para desenvolver esta organização. (MARX, 2006, p. 266).

Marx em hipótese alguma limitou seu significado de espaço de classe a uma extensão econômica, mas considerou sua função política determinada a partir da concepção de uma consciência de classe, incrementada na luta de classes.

Acordando estes assuntos, é importante compreender a composição da classe trabalhadora e da sua consciência de classe no período do fim do século XVIII e primeiras décadas do XIX, ou seja, num determinado tempo, posto que prevalecia a inserção solene. Refere-se aqui a E. P. Thompson, em sua perfeita análise sobre a formação da classe trabalhadora na Inglaterra (THOMPSON, 1997).

É por isso que Thompson, baseado em Marx, afirma que:

Para dizê-lo com todas as letras: as classes não existem como entidades separadas que olham ao seu redor, acham um inimigo de classe e partem para a batalha. Ao contrário, para mim, as pessoas se veem numa sociedade estruturada de certo modo (por meio de relações de produção fundamentalmente), suportam a exploração (ou buscam manter poder sobre os que as exploram), identificam os nós dos interesses antagônicos, se batem em torno desses mesmos nós e no curso de tal processo de luta descobrem a si mesmas como uma classe, vindo pois a fazer a descoberta de sua consciência de classe. Classe e consciência de classe são sempre o último e não o primeiro degrau de um processo histórico real. Mas se adotamos uma concepção estática da categoria de classe, ou se fazemos descender esse nosso conceito de um modelo teórico preliminar de totalidade estrutural, não procederemos assim pois estaremos subentendendo que a classe está presente desde o início como um resultado de relações de produção, daí derivando a luta de classes (THOMPSON, 1997, p. 274).

Facilita compreender o discernimento de Marx e Engels a partir de 1840, uma vez que concebidas a partir e, cada vez mais, internamente no apropriado movimento de composição da classe e de sua consciência, justamente na constituição de classe. Naquele período, as classes estavam subordinadas a formas de exploração com bastante fúria, sem nenhuma garantia legal de direitos em relação ao exercício do trabalho, em exigências de vida as mais deteriorantes.

Diante disto, foi necessário e urgente que a classe dos servidores públicos civis se conscientizassem, resultando na construção do conceito “trabalhador no serviço público” – aquele que constrói e edifica, fomenta o próprio serviço público. Nessas circunstâncias, trabalhadores que são, combatem o legado patrimonial comumente arraigado por meio de demagogia, exibida através do favoritismo e clientelismo (em um dado momento histórico da UFPel - assim como em todo serviço público - sabe-se que houve servidores técnico-administrativos que ingressaram sem prestar concurso público)<sup>7</sup>.

Os trabalhadores do serviço público, os técnico-administrativos das Universidades Públicas Brasileiras, podiam estabelecer Associações com caráter de recreação e interação. Nessas associações, os trabalhadores do setor público executaram um trabalho permanente e evolutivo de construção de lutas e de direitos

---

<sup>6</sup> A norma do art. 19 do ADCT - Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição brasileira possibilita o surgimento das seguintes situações: a) o servidor é estável por força do art. 19 do ADCT e não ocupa cargo de provimento efetivo; b) o servidor que se tornou estável nos termos do art. 19 do ADCT ocupa cargo de provimento efetivo após ter sido aprovado em concurso público para o provimento deste cargo; c) o servidor ocupa cargo de provimento efetivo em razão de aprovação em concurso público e é estável nos termos do art. 41 da Constituição da República. O STF já se manifestou sobre essas hipóteses e, quanto às listadas nos itens a e b, firmou o entendimento de que, independentemente da estabilidade, a efetividade no cargo será obtida pela imprescindível observância do art. 37, II, da Constituição da República. [ADI 114, voto da rel. min. Carmen Lúcia, j. 26-11-2009, P, DJE de 3-10-2011.] Vide ADI 100, rel. min. Ellen Gracie, j. 9-9-2004, P, DJ de 1º-10-2004

como classe trabalhadora. Com esse espírito de unir e congregar, mas também buscando dotar os servidores de representatividade, foi criada, no ano de 1979, a Associação dos Servidores da Universidade Federal de Pelotas (ASUFPEL).

A Associação, depois de concretizada sua fundação, começou a realizar suas reuniões no Campus Capão do Leão. Decidiram mudar de lugar, indo fazer suas reuniões no porão da Faculdade de Direito, situada à Rua Três de Maio, no centro de Pelotas. Firmando-se, gradualmente, como associação de classe, a ASUFPEL.



Figura 2 - Almoço de confraternização da fundação da Associação dos Servidores da Universidade Federal de Pelotas (ASUFPEL).  
Fonte: Acervo ASUFPEL

Esta figura retrata a satisfação dos servidores técnico-administrativos da UFPEL, visto que até então não tinham uma entidade assistencial, de recreação e interação entre colegas dentro de uma mesma Instituição.

Com o objetivo de detalhar a questão da criação da ASUFPEL, foi realizada entrevista com o Sr. Darci Cardoso da Silva<sup>8</sup>, já aposentado, que ainda hoje é um dos dirigentes do ASUFPEL/Sindicato e Diretor da FASUBRA.

O entrevistado relata que alguns servidores técnico-administrativos começaram a fazer reuniões no Instituto de Química, no Campus Capão do Leão, objetivando a criação de uma Associação voltada para a promoção da sociabilidade entre os servidores Técnico-Administrativos da Universidade Federal de Pelotas.

Fundada em 31 de julho de 1979 por um grupo de servidores da UFPel, inicialmente teve um caráter associativo e de integração. A partir de meados da década de 80, embalados pela ascensão dos movimentos do País, um grupo de servidores assumiu a entidade com o firme propósito de interferir diretamente no destino da nação e, particularmente, dos servidores públicos federais. Já filiada à FASUBRA, o ano de 1985 é considerado um marco na história da entidade com a primeira greve dos servidores da UFPel que

<sup>8</sup> SILVA, Darci Cardoso. Dirigente do ASUFPEL/Sindicato e Diretor da FASUBRA. Aposentado. Pelotas 15 de maio de 2017. Entrevista concedida a Suzi Urbana Silveira da Silva.

lutavam por melhores salários e plano de carreira. Esse movimento teve amplitude nacional e resultou na conquista do primeiro plano de cargos e salários. Tudo isso ocorreu em um período em que não era permitido aos servidores públicos organizarem-se em sindicatos (ASUFPEL, 2016a, s./p.).

A ASUFPEL, imediatamente à sua fundação, elaborou seu primeiro Estatuto Social com seis Capítulos:

Estatuto Social: “Associação dos Servidores da Universidade Federal de Pelotas/Estatuto/Capítulo I/ Da Denominação, Sede, Duração e Finalidade/ Art. 1º / A Associação Assistencial e Esportiva dos Funcionários da Universidade Rural do Sul, fundada em vinte e três de maio de mil novecentos e sessenta e três, na cidade de Pelotas Estado do Rio Grande do Sul, República dos Estados Unidos do Brasil, por servidores então Escola de Agronomia Eliseu Maciel da Universidade Rural do Sul, com a sigla “AAEFURS” e regida pelo Estatuto aprovado em assembleia Geral, passa a denominar-se Associação dos Servidores da Universidade Federal de Pelota, tendo como sigla “ASUFPEL” , conforme deliberação da Assembleia Geral realizada no dia trinta e um de julho de mil novecentos e setenta e nove (ASUFPEL, 2016b, s./p.).

A entidade adotou o regime presidencialista, onde o professor Ubirajara Galli foi o primeiro presidente da ASUFPEL, Sr. Sidnei Franconi Bilhalva foi o vice-presidente, o secretário foi Sr. Holetto Martins, primeiro tesoureiro Oswaldo Alves Martins, o Sr. Querino Félix Rajão o segundo tesoureiro e o professor Ibsen Wetzel Sthefan foi o primeiro associado (ASUFPEL, 2016b). À época, a entidade já contava com 1100 associados.

Em meados de 1980, permanecia uma situação de desmandos e abusos de autoridade por parte de alguns docentes que tratavam os técnico-administrativos como seus empregados, utilizando os servidores para a resolução de questões de interesse particular, por exemplo, agendar médico, serviços de odontologia, buscar lanches, cigarros etc. - esta situação ocorria quase que normalmente dentro da UFPEL.

Nesta época, o técnico-administrativo não entendia bem seu papel, não tinha uma consciência de classe e acabava realizando “favores” que não eram de sua alçada aos docentes. As vitórias só podem se dar definitivamente na prática. Os papéis, leis e portarias serviam simplesmente para referendá-las ou regulamentá-las quando necessário. Neste sentido, o entrevistado Luiz Osório Rocha dos Santos<sup>9</sup> “lembra como a ASUFPEL ajudou os técnico-administrativos a elevar sua autoestima,

---

<sup>9</sup> SANTOS, Luiz Osório Rocha dos. Economista, foi entrevistado em sua própria sala de trabalho na Auditoria, sua entrevista foi concedida à pesquisadora Suzi Silva, que durou 1 hora e 40 minutos, em 19 de maio de 2017.

rompendo com uma tradição patrimonialista e personalista que rebaixava o técnico-administrativo”.

A Primeira Ata encontrada foi a de 29 de julho de 1983. O documento faz referência a gestão do Presidente Sidney Francone Bilhalva (falecido), tendo como o primeiro secretário Hóleto Martins. Esta Ata tinha como Ordem do Dia: 1) Prestação de Contas da atual gestão de primeiro de agosto de 1982 a trinta de junho de 1983, que foi aprovada por unanimidade. Foi neste período que a entidade conquistou sua primeira sede, custeada com recursos próprios - a casa era alugada em 1983. Situava-se na rua Princesa Isabel, 256, onde permaneceu até 23 de março de 1989.

Já se percebe avanços da Associação criada por um grupo de servidores da UFPEL, que acima citado já conseguiu alugar uma casa, que foi sede da Entidade, tendo assim uma melhor organização como entidade associativa.



Figura 3 - Primeira sede da ASUFPEL (alugada) em 1983.  
Fonte: Acervo da ASUFPEL.

Esta casa, alugada, situada à Rua Princesa Isabel, número 256, foi a primeira sede da Entidade, onde teve espaços adequados para atender os associados, com sala de reuniões, uma sala de recepção onde ficava a secretaria e sala onde os associados tinham condições de jogar bilhar e snooker, realizando-se assim a interação entre servidores técnico-administrativos da UFPEL.

Durante a gestão de Renato Moreira da Silva, em 1984, o trabalho em turno único era uma das principais demandas dos trabalhadores. Comprometida com a defesa da qualidade do ensino, uma das funções da Universidade, a associação, reforçando uma demanda mais geral, solicitava a aquisição de livros para atender os cursos de graduação e pós-graduação. Também havia demanda pela aquisição de equipamentos (EPIs) para os servidores técnico-administrativos que atuavam na

segurança, como nos restaurantes Universitários, no Hospital Universitário. Outrossim, a entidade buscava o reconhecimento da ASUFPEL por parte da Reitoria da Universidade Federal de Pelotas, o ingresso na Universidade exclusivamente por Concurso Público, apoio integral às iniciativas da CIPA, visando a melhoria das condições de trabalho dos servidores técnico-administrativos e pagamento de servidores TAEs de serviços extraordinários em conformidade com a CLT.

Em 05 de julho de 1984, através do ofício 03/1984, a ASUFPEL criou o sistema de pagamento através de cheque bônus que, seguramente, garantiu que este benefício fosse efetivamente pago, com desconto em folha de pagamento, como também a ampliação da rede de convênios, o que trouxe mais comodidade e tranquilidade ao associado. O controle dos gastos, tanto por parte do associado, quanto da ASUFPEL, tornou-se fácil e eficiente.

A Associação oferecia: assistência médica, assistência farmacêutica, odontológica, hospitalar e jurídica, bem como empréstimos financeiros, com o aval da ASUFPEL com as entidades financeiras. Estabelecia atividades de integração: esportes, bem como reuniões sociais, como, por exemplo, a comemoração no dia do Funcionário Público Federal e dia das crianças – na época ainda existia em Pelotas as Lojas Mesbla e neste dia ela oferecia descontos para os Servidores Públicos.



Figura 4 - Festa do dia da Criança realizada em 12 de outubro/1986, com grande interação entre sócios e seus familiares.

Fonte: Acervo ASUFPEL.

Esta figura mostra que os familiares dos associados também participavam de eventos realizados pela ASUFPEL, inclusive nas festas do dia da criança, onde não eram cobrados os lanches (cachorro quente, refrigerante), e tinha músicas infantis e

brincadeiras para as crianças. A Associação conseguia fazer com que os associados e seus familiares interagissem entre si.



Figura 5 - Imagem do time de futebol do ano de 1986.  
Fonte Acervo ASUFPEL

Aqui a figura mostra um time de futebol, em um campeonato organizado pela ASUFPEL, que ocorria todos os anos, em meados de outubro, onde eram formados times por Departamentos e Unidades da Universidade.

O entrevistado Luiz Osório salienta que, já no ano de 1986, havia uma preocupação por parte da ASUFPEL em relação ao Ministério da Educação e Cultura (MEC) que, na época, não contemplou a Universidade com os benefícios da aprovação do Plano de Cargos, Salários, Benefícios e Vantagens, bem como no que se referia às funções gratificadas (FG e CC).

O movimento dos funcionários técnico-administrativos das Universidades Públicas Brasileiras viveu, no ano de 1987, o que pode-se chamar de uma de suas experiências históricas mais difíceis, mesmo considerando a dimensão das greves de 1984 e 1985, com o efeito desagregador, provocado pelos desdobramentos decorrentes do processo de enquadramento no novo Plano de Cargos e Salários – PCS.

Durante o ano de 1987, conforme o exame da Ata 08/87 de 26/01/1987, percebe-se que havia um debate em relação aos critérios a serem aplicados na avaliação do desempenho do Técnico-Administrativo, conforme previa o Plano de Cargos e Salários, Benefícios e Vantagens – PCSBV, que estava sendo elaborado pela Comissão Permanente de Pessoal Técnico e Administrativo – CPPTA. Interessava aos técnicos saber como estava sendo desenvolvido o sistema de avaliação que seria implantado entre 06 meses a 01 ano. Discutia-se qual seria a

melhor solução para a categoria, inclusive em relação à remuneração e carreira. As questões eram amadurecidas através de discussões realizadas no âmbito da diretoria e na sequência tais propostas eram levadas para assembleia, a fim de que os associados, devidamente informados, tomassem uma posição.

Naquela época se lutava pela jornada de 30 horas, conforme anexo 2 na página 77, que fala sobre a implantação do horário único com 6 horas corridas, garantindo atendimento em horário integral e contemplando os departamentos, secretarias, laboratórios e colegiados, ou seja, os alunos. Isso não significava, no entanto, um subterfúgio de responsabilidades e sim confiança na capacidade e na força do servidor técnico-administrativo, que certamente saberia fazer uso dessa liberdade para melhor desempenhar suas atividades, na medida em que assumir o turno escolhido melhoraria seu estilo de vida, inclusive no que diz respeito a fazer cursos de capacitação e qualificação.

Esta Portaria era apenas o começo, onde durante 60 dias foi estudada e analisada sua implantação em cada setor de cada Unidade, depois viria uma portaria definitiva, bem mais aprimorada que beneficiaria um número maior de técnico-administrativos, pois alguns, como os detentores de FG 5 e 6, e os cargos de confiança, além daqueles que trabalhavam em setores considerados indispensáveis, não teriam como fazer revezamento. Esta luta era também por redução de gastos, pois com turno único os técnico-administrativos passariam a gastar menos em transporte para ir e vir ao trabalho. Os técnico-administrativos precisavam seguir unidos e coesos, não só para ampliar espaços conquistados, como também abrir muitos outros.

Estudando a historicidade da ASUFPEL, teve-se a oportunidade de perceber que esta Associação, antes de ser um sindicato, já tinha uma participação em várias frentes. Inclusive, antes de 1988 participou de uma primeira greve, em 1985, esta era a última instância de luta que se tomava quando havia se esgotado todas as possibilidades de negociação. A ASUFPEL é filiada à FASUBRA<sup>10</sup> desde sua

---

<sup>10</sup> A FEDERAÇÃO DE SINDICATOS DE TRABALHADORES DAS UNIVERSIDADES BRASILEIRAS (FASUBRA-SINDICAL) foi fundada em 19 de dezembro de 1978, sob a denominação de "FEDERAÇÃO DAS ASSOCIAÇÕES DE SERVIDORES DAS UNIVERSIDADES BRASILEIRAS". É uma entidade sindical democrática, sem caráter religioso ou político-partidário e independente em relação ao Estado, aos patrões e às administrações universitárias. Representa todos(as) os(as) trabalhadores(as) das Instituições de Ensino Superior (IES) e das Instituições vinculadas ao ensino de 3º grau, a ela associadas, em todo o território nacional, totalizando mais de 150 mil trabalhadores(as). A FASUBRA Sindical tem como sustentáculo da luta um compromisso de classe, libertário e transformador. Pauta suas ações na perspectiva da construção de uma sociedade socialista, mais justa, igualitária e inclusiva

fundação, contribuindo com 4% de sua arrecadação mensal. É também filiada à CUT e contribui com 6% da arrecadação mensal.

O técnico-administrativo Luiz Osório, que começou a trabalhar na UFPEL no ano de 1978, no Departamento de Finanças e Contabilidade na reitoria, na época situada no Campus Capão do Leão, lembra da greve de 1985:

Em 1985, tivemos a primeira greve, e esta greve foi deflagrada no auditório na Faculdade de Agronomia, no Campus Universitário, na gestão onde o presidente era o sr. Renato Moreira da ASUFPEL, nesta assembleia estava quase toda a comunidade dos técnicos administrativos, o auditório estava absolutamente cheio, onde na parte de baixo, parte de cima, corredores, “atopedados” de gente em pé, em determinado momento uma colega que trabalhava na procuradoria jurídica, ela usou uma frase, nunca se tinha feito greve na UFPEL, ela disse: - Mas se continuar assim, nós vamos ter que fazer greve! Maria Teresa Kaster (falecida), e aí o auditório da Faculdade de Agronomia, veio abaixo, e a resposta foi imediata: - vamos fazer greve! (Maria Tereza Kaster, Auditório da Faculdade de Agronomia, no Campus Capão do Leão, 1985).

Luiz Osório lembra que, durante a assembleia, ressaltou a falta de experiência da Associação no tocante a organização de uma greve. Defendeu a necessidade de constituir um coletivo forte, com ampla participação dos servidores técnico-administrativos e capacidade de mobilização, pois se esperava reação contrária ao movimento por parte da administração da Universidade. Quando terminou a assembleia, a mesa de diretores solicitou que o pessoal permanecesse no auditório para organizar as comissões de ética, de mobilização e de eventos. Segundo o entrevistado, praticamente todo o auditório permaneceu, eram cerca de 200 pessoas dispostas a participar das mobilizações e enfrentar a reação da Administração da Universidade<sup>11</sup>.

Naquele momento existia um entusiasmo que brotava das pessoas, bom, é nós que estamos fazendo isso, vamos pegar essa coisa e vamos carregar, foi feito greve na UFPEL SEM SER SINDICATO, conquistamos duas carreiras sem que fôssemos sindicato, quando passou a ser sindicato o que mudou foi a sua forma jurídica, mas a sua atuação já vinha sendo na prática como sindicato, este era o quadro que se tinha na época, questão da democracia, retomada do país, na questão do movimento universitário, estas coisas todas acabaram propiciando que a ASUFPEL assumisse uma postura muito mais de reivindicação do que propriamente de associativismo das pessoas que trabalhavam na UFPEL, que gradativamente foi pelo fato de ter sido criada a ADUFPEL, ela passou a ser mais representativa dos Técnico-

---

e na defesa da educação pública, de qualidade, socialmente comprometida, concretizada cotidianamente, em conjunto com outras Entidades e movimentos sociais, bem como na construção da Universidade Cidadã para os Trabalhadores (FASUBRA, 2017).

<sup>11</sup> SANTOS, Luiz Osório Rocha dos. Trabalha na Reitoria, Campus Anglo, no setor de Auditoria. Pelotas, 19 de maio de 2017. Entrevista concedida à Suzi Urbana da Silva Braga.

administrativos, embora o termo servidor abrange todo mundo, docentes e técnico-administrativos<sup>12</sup>.

Percebe-se que o entrevistado está afirmando o quanto foi importante a criação da ASUFPEL para os servidores técnico-administrativos da UFPEL.

Na greve de 1985, que durou 45 dias, a ASUFPEL se engajou no movimento com a finalidade de pressionar o governo a fim de defender os interesses da categoria, bem como elevar o padrão de qualidade da própria Universidade. Buscava-se melhores condições de trabalho e melhoria salarial, ou seja, demandas econômicas. Sustentava-se que o técnico-administrativo produziria mais se estas questões fossem atendidas pelo Governo Federal:

A paralisação resultou na conquista do Plano de Cargos e Salários, o PCS. Mas esta vitória não fez parar a mobilização e a vontade de luta dos servidores. Um outro objetivo surgiu em seguida, o PUCRCE, que era o Plano Único de Classificação e Remuneração de Cargos e Empregos, que acabou sendo conquistado com a greve de 1987. Este ganho foi antecedido, em 1986, pela construção coletiva da proposta de carreira única. Anos após, em 1990, a Lei 8.112 estabelece o Regime Jurídico Único (RJU), passando os servidores de celetistas para estatutários (ASUFPEL, 2016b, s./p.).

A ASUFPEL sempre foi muito atuante na defesa dos interesses de sua categoria, inclusive, sustentando a importância dos técnico-administrativos enquanto agentes atuantes e necessários ao funcionamento e a qualificação da Universidade. Como lembra Luiz Osório, a ASUFPEL foi fundamental para que os técnico-administrativos elevassem sua autoestima enquanto servidores da UFPEL:

A ASUFPEL e toda sua ação é de interesse daquilo que é caro para os trabalhadores que é por exemplo: a questão da democracia, da liberdade, da questão de um exercício profissional digno de não subalternidade, a ASUFPEL precisa defender políticas de desenvolvimento. Sem desenvolvimento dos servidores não tem desenvolvimento da UFPEL, então a ASUFPEL construiu este patrimônio, os técnico-administrativos criaram uma identidade mais forte. As Universidades na década de 30 recém-criadas, desconheciam a existência dos técnico-administrativos, inclusive em Estatuto se dizia que a Universidade era formada de docentes e estudantes, os técnicos eram “para” os docentes: - o meu servidor, como se ele fosse propriedade de alguém. Aqui na UFPEL criada na década de 1960, ainda recebemos esta cultura muito forte, que começou a ser rompida exatamente na década de 1980, que veio como uma construção de identidade também, começou-se a reconhecer o papel de técnico-administrativo dentro da UFPEL e compreender a relevância disso para o funcionamento da Instituição, para prestação de um serviço público e qualificado, e isto começou a elevar a autoestima das pessoas, que começaram a se sentir mais importante no fazer da UFPEL, reconhecendo que o docente tem um papel e que técnico-administrativo tem outro papel, e que ambos são fundamentais numa Universidade Pública com suas finalidades.

---

<sup>12</sup> SANTOS, Luiz Osório Rocha dos. Trabalha na Reitoria, Campus Anglo, no setor de Auditoria. Pelotas, 19 de maio de 2017. Entrevista concedida à Suzi urbana da Silva Braga.

Com a criação da ASUFPEL, os servidores sentiram que tinham uma representação forte dentro da UFPel. Uma das questões de grande interesse dos servidores técnico-administrativos, com toda certeza, era a criação de um Plano de Carreira de acordo com as expectativas dos trabalhadores.



Figura 6 - Manifestação através de passeata em Porto Alegre/1987, servidora técnica-administrativa Tanízia Bender.  
Fonte: Acervo da ASUFPEL.

Esta figura mostra que mesmo não sendo Sindicato ainda, a ASUFPEL já atuava como tal, participando de várias manifestações, como, por exemplo, a manifestação pelo não pagamento da dívida externa registrada nesta foto.

Neste sentido, foi estabelecida uma Comissão de Plano Permanente dos Técnico-Administrativos (CPPTA), eleita pelos técnicos. O compromisso desta comissão era: 1) Lutar por um sistema permanente de aperfeiçoamento do servidor; 2) Lutar por uma regulamentação clara dos concursos internos; 3) Assegurar a plena divulgação e igualdade dos concursos internos; 4) Lutar para que os concursos internos tenham um sistema de avaliação dos candidatos que permita fazer plena justiça às capacidades e aspirações de cada um; 5) Criar um sistema de avaliação que valorize o servidor técnico-administrativo no trabalho; e 6) Desenvolver estudo para fixação de uma política de pessoal que integre Técnico-Administrativo e Instituição/UFPEL, igualando oportunidades e permitindo a tão buscada valorização da categoria, a começar pelo indivíduo.



Figura 7 - Imagem de manifestação da ASUFPEL, no pórtico de entrada para o Campus Capão do Leão.  
Fonte: Acervo da ASUFPEL

Procurou-se demonstrar com os argumentos e as fotos aqui apresentadas, que a ASUFPEL sempre esteve engajada na luta pelos direitos dos seus associados, buscando proporcionar aos servidores técnico-administrativos uma melhoria de vida, não somente enquanto classe trabalhadora, mas também como cidadãos formadores de uma sociedade, antes mesmo de se tornar sindicato a partir da Constituição de 1988.



Figura 8 - Mobilização em Brasília/DF no ano de 1986.  
Fonte: Acervo da ASUFPEL

Esta foto foi em um, de muitos, acampamentos organizados pela FASUBRA, onde várias Associações de todo país participavam, lutando por direitos trabalhistas e sociais. A ASUFPEL procurava sempre estar presente, representando a categoria dos servidores técnico-administrativos da UFPEL.

## **2 O encanto das narrações e das trocas**

A história oral é uma metodologia que propicia a produção de fontes históricas. As narrativas são construções que iniciam por uma conversa, permitindo que pessoas se aproximem e compartilhem experiências de vida. Por meio dessa troca, pesquisador e entrevistado conseguem redigir uma história do tempo passado, mas também do tempo presente e por que não dizer do futuro, já que é comum que os narradores pensem sobre suas vidas e projetem o que pretendem fazer. Trata-se de uma história viva da qual o protagonista é o entrevistado, que descreve os seus aprendizados apelando à memória.

Desde o começo desta pesquisa e, ao longo de todo o Curso de Mestrado em História, foi inevitável buscar referenciais teóricos que eram pouco conhecidos para mim, uma vez que minha formação é graduação em Licenciatura em Filosofia, o que demandou um redobrado esforço. A adoção da metodologia de História Oral, além de significar um novo desafio, trouxe novas perspectivas de pensar sobre o meu próprio trabalho, já que escrevo sobre um sindicato do qual faço parte. Confesso que foi difícil manter um certo distanciamento no olhar.

No entanto, por outro lado, tive certas vantagens, pelo fato de entrevistar pessoas já conhecidas, algumas de longa data, em certa medida, não apenas auxiliou a conversa como também a obtenção de contatos.

A primeira etapa da realização de entrevistas se constituiu no agendamento, instante em que foi explicado a intenção da pesquisa. Em sua maioria, já houve a marcação da data das entrevistas, de maneira que esta fosse conveniente ao pesquisador e ao entrevistado.

As narrativas construídas foram regradas por um roteiro de perguntas semiestruturadas, entretanto, achei sensato dar espaço para que as pessoas entrevistadas colaborassem da forma que quisessem, contribuindo com mais esclarecimentos referentes às suas experiências pessoais ao abordarem o tema da pesquisa, deixando o entrevistado mais à vontade. Desta forma, é justamente na excelência das perguntas, as quais devem ser feitas naturalmente, que o pesquisador vai ter uma ação inicial que deve levar à descontração.

O momento da entrevista é de troca, mas o historiador precisa estar concentrado em seu verdadeiro interesse como pesquisador, pois o ato de revelar a experiência de cada um dos entrevistados facilita a criação de um vínculo emocional que desperta o sentimento de confiança.

Em cada recordação, o entrevistado constrói uma espécie de significado para a vida da criação da Associação. Quando o narrador percebe que o pesquisador tem um olhar e ouvido atentos, se permite compartilhar ainda mais o que viveu.

Em cada recordação intrínseca, individualmente relevante que os narradores proporcionavam, também mostravam sua humanidade. Não existe uma maneira branda para mudar isso em metodologia, não é com uma ação que você pode disfarçar, mas a consequência é que narradores percebem que eles têm um público atencioso que está respeitando e apreciando sua fala. Neste sentido, para Portelli (1997, p. 22): “a abordagem ética ou cortês é cientificamente compensadora: boas maneiras e respeito pessoal constituem um bom protocolo para trabalho de campo”.

Também neste momento, minhas fragilidades (minha inexperiência, meus questionamentos tolos, inocentes) mostravam minha própria humanidade e desmascaravam concepções que os entrevistados poderiam ter tido sobre minha pessoa e posição como uma acadêmica.

A memória tem um vigor bárbaro que ultrapassa as palavras, ela emite um sentido pelos poros dos entrevistados, pelos músculos, pelo brilho no olhar, pelo riso, pelo choro, pela pausa, por toda a emoção. Ao escutar as histórias dos entrevistados fiquei emocionada com suas experiências de vida dentro da Associação e tive a percepção da importância do trabalho de construção de seus relatos. O material coletado através das entrevistas é rico, pois proporcionou que eu obtivesse informações mais detalhadas sobre a construção da associação, embasando a compreensão deste trabalho.

Percebe-se, na transcrição das entrevistas, que as experiências narradas foram importantes para a elaboração de toda dissertação. A riqueza das fontes se mostra exatamente pela diferença das posições que cada um defende, ou seja, há várias ideologias envolvidas na militância, mas o que se destaca é que todos lutam por uma mesma causa, que é justamente a construção de um sindicato autônomo e democrático, que represente os anseios dos trabalhadores. A etapa final da pesquisa é guardar as entrevistas transcritas, pois são fontes históricas a serem examinadas,

neste momento e em um futuro, caso algum pesquisador queira se debruçar sobre o mesmo tema.

A coleta de entrevistas foi num total de onze, com o devido formulário de consentimento assinado para publicação nesta pesquisa. Conseguiu-se agendar as entrevistas e estas costumavam ser feitas em uma sala da ASUFPEL, onde ficava só a pesquisadora e o entrevistado, com o uso de gravação com um celular.

Na verdade tinham sido feitas 15 entrevistas, mas houve um imprevisto e sete foram perdidas, fazendo com que as pessoas precisassem ser contatadas novamente, obviamente gerando não de alguns, mas seguindo em frente.

A seguir é informada a relação dos entrevistados e seus locais de lotação 1) Deraldo Nunes Ugoski (61 anos), Faculdade de Enfermagem (hoje aposentado); 2) Darci Cardoso (64 anos), aposentado, atualmente Coordenador da ASUFPEL/SINDICATO e Coordenador da FASUBRA; 3) Francisco Antunes Fossati (57 ANOS), Radio Federal FM e atualmente Coordenador da ASUFPEL/SINDICATO; 4) Pedro (61 anos), colega que solicitou para não ser identificado, UFPEL, por problemas pessoais; 5) João Paulo Adamoli (67 anos), CPPD, (hoje aposentado); 6) Luiz Osório Rocha dos Santos (68 anos), auditoria (hoje aposentado); 7) Maria Tereza Tavares Fuji, CI (58 anos), atualmente Coordenadora Geral da ASUFPEL/SINDICATO; 8) Mário Mesko (76 anos), aposentado; 9) Olívia Ferreira (64 anos), aposentada, atualmente Coordenadora da ASUFPEL/SINDICATO; 9) Renato Moreira (74 anos), aposentado; 10) Rui Antonio Dutra Vahl (57 anos), Seção de Protocolo; 11) Geraldina Cardoso Luçardi (74 anos), primeira funcionária da Associação/1980.

Foram criadas algumas categorias, tendo em vista o conteúdo das entrevistas: a) motivação de fundar uma associação; b) razões que levaram os servidores técnico-administrativos a se associarem, seus anseios e expectativas; c) atuação e conquistas de uma entidade de representação dos servidores técnico-administrativos; e d) partidarismo dentro da entidade.

Uma das entrevistas que considera-se especial foi a realizada com a primeira funcionária da ASUFPEL, Dona Geraldina, em sua casa na Cohab Fragata, com horário marcado para as 16h em 20 de março de 2018. Relata Dona Geraldina:

Trabalhei na Associação de 1980 a 1997, a Direção fez um teste com pessoas que cada um da Direção indicou, e o professor Ubirajara Galli era o Presidente e me avisou que iria acontecer uma seleção para a contratação de uma pessoa para ser secretário da ASUFPEL; participei do teste e fui

selecionada em primeiro lugar. Lembro que tinha muito serviço a ser feito, e eu trabalhei por três anos sozinha, pois o pessoal da Direção alguns não tinham horário para trabalhar um turno só na UFPEL, e outro turno na Associação, então eu fazia todo o trabalho financeiro sozinha, e claro repassava para o Tesoureiro revisar meu serviço. Lembro que ajudei a elaborar o primeiro Estatuto da Associação. Tinha alguns dias que eu ia trabalhar no Campus Universitário, para conseguir atender a Direção e os associados, na época a sede da Associação já era na Rua Princesa Isabel. O seu João Carlos Louzada me auxiliava muito por telefone, pois ele trabalhava no CAVG. Lembro que eu passava noites trabalhando, carimbando os cheques-bônus, pois o associado precisava, tinha o seu Romeu que era motorista do Reitor, que em alguns domingos ia na minha casa me buscar para eu entregar os cheque-bônus para ele, e eu ia.

Dona Geraldina tinha e tem muita afeição pela ASUFPEL e continua querendo falar mais e mais:

Todos os associados me consideravam muito bem, tinha um ou dois associados que só queriam ser atendidos por mim, nas festas de final de ano que eles faziam, eu ajudava muito, em tudo que fosse preciso, até servia a janta para os associados que estavam ali aproveitando e queriam se divertir, trabalhei ainda um ano depois de aposentada, e fiquei com minha carta de demissão guardada por cinco meses, não tinha coragem de sair e deixar tantas amizades que fiz. Quando vi que estava começando a esquecer de algumas coisas, então sim, tive que entregar minha carta de demissão. Fizeram uma festa de despedida para mim, tinha bastante gente, fiquei muito emocionada mesmo, foram 17 anos da minha vida que aprendi muito tanto com a Direção da Associação, como também com os associados, foi tudo muito trabalho, mas gostava do que fazia.

## **2.1 A motivação para fundar uma associação e qual razão para que os servidores técnico-administrativos se associassem**

Com base nas narrativas que foram coletadas através das entrevistas realizadas, foi possível observar que os servidores técnico-administrativos da UFPEL, em um dado momento, começaram a ficar incomodados, inquietos com certas situações que aconteciam com frequência entre eles e os docentes, pois alguns destes costumavam abusar destas relações que deveriam ser de trabalho, tratando os técnicos como se fossem seus subordinados e tivessem que lhes obedecer, até mesmo em circunstâncias que extrapolavam a docência, conforme relatou a entrevistada Maria Tereza Fuji:

[...] estou na UFPEL há 38 anos e cheguei a presenciar na época, quando íamos de ônibus para o Campus Capão do Leão, íamos nós técnico-administrativos e docentes, nos ônibus, teve um dia que um docente mandou uma servidora buscar um sanduíche na padaria rapidinho, pois senão o docente iria perder o ônibus, e pior que a colega foi, dizíamos – Não vai, não tens obrigação, e ela foi... claro não tínhamos identidade como categoria, não existíamos... éramos empregado de professor e não do governo federal,

quando adquirimos nossa identidade como profissional, a partir daí começamos uma outra história na comunidade universitária e na comunidade em geral.

As motivações que levaram os servidores técnico-administrativos a se tornarem associados foram diversas. Como exemplo, relatou João Paulo Adamoli que: “Me associei para jogar campeonato de futebol”. A razão foi a mesma para Darci Cardoso:

Meu envolvimento com a Associação se deu através do futebol, onde teve torneio que foi a “Copa Mata o Véio”. Comecei a conhecer Direção do Sindicato, e em 1997, entrei para ser um dos dirigentes da ASUFPEL trabalhando na parte dos esportes, mas a gente sempre acaba se envolvendo em todas as questões da Associação.

A situação relatada e presenciada por Maria Tereza demonstra que era comum o técnico-administrativo ser tratado pelo docente como seu “empregado”. Em sentido semelhante foi a fala do entrevistado Luiz Osório:

As Universidades na década de 30 recém-criadas desconheciam a existência dos técnico-administrativos, inclusive em Estatuto se dizia que a Universidade era formada de docentes e estudantes, os técnicos eram para os docentes: - o meu servidor, como se ele fosse propriedade de alguém. Aqui na UFPEL criada na década de 1960, ainda recebemos esta cultura muito forte, que começou a ser rompida exatamente na década de 1980, que isso veio como uma construção de identidade também, começou-se a reconhecer o papel dentro da UFPEL e compreender a relevância disso para o funcionamento da Instituição, para prestação de um serviço público de qualificado, e isto começou a elevar a autoestima das pessoas, que começaram a se sentir mais importante no fazer da UFPEL, reconhecendo que o docente tem um papel e que técnico-administrativo tem outro papel, e que ambos são fundamentais numa Universidade Pública com suas finalidades.

A partir daí começou uma mobilização dos servidores técnico-administrativos no sentido de começarem a se organizar, primeiramente, com reuniões, nas quais eram discutidas as situações abusivas pelas quais eles passavam. Com a finalidade de saber mais sobre esse assunto, foi entrevistado o Sr. Renato Moreira, que foi o terceiro presidente da associação. A respeito destas reuniões e da decisão de se organizar como uma associação, ele narrou que:

O primeiro Presidente da Associação foi o Professor Ubirajara Galli, que mais adiante saiu para fazer Mestrado, e quem ficou de Presidente Pró-Tempore foi nosso colega servidor técnico-administrativo Sidney Bilhalva, que trabalhava no Almoxarifado, onde na próxima eleição ele concorreu e foi eleito, e ficou através de eleições duas gestões. Então fui o terceiro Presidente da ASUFPEL. Tínhamos professores que eram sócios também, por exemplo que eu me lembre o professor Ibsen Stepham também foi o primeiro sócio. Meu envolvimento se deu porque já tinha espírito de coletividade, eu trabalhava na Vice-Reitoria, e a gente vai se aproximando, e comecei a frequentar a ASUFPEL. E no segundo mandato do colega Sidney como Presidente da Associação, fui o segundo secretário dele, na próxima eleição eu concorri a Presidente e fui eleito. Precisávamos de uma secretaria,

fizemos testes com algumas pessoas e selecionamos a Geraldina, que nós saímos ela ainda ficou muitos anos na ASUFPEL. A Associação era só assistencial, não era de reivindicação, minha reeleição foi quase que automática, fizemos eleições, porque tinha que fazer, nunca se falava em partido político, evitávamos ao máximo! Nosso slogan era “Representatividade com responsabilidade”! Depois da greve de 1985, sim, nossas ações passaram a ser de reivindicação, começamos a lutar junto fundações com autarquias, para tentar unificar os salários, pois a diferença salarial era grande. Onde conseguimos fazer a unificação com o PUCRES. Na época do reitor José Emílio, os que participavam da Direção da ASUFPEL em certo momento ficaram na iminência até de serem demitidos. Tivemos embate com o setor do transporte dos ônibus que a gente não pagava passagem, na gestão do Reitor Rui Antunes, em maio lançou uma portaria que a comunidade universitária iria começar a pagar passagem de ônibus para se deslocar até o Campus Capão do Leão, a Reitoria e muitas outras Unidades eram centralizadas lá fora. Tivemos um sério embate com o transporte, ajudando o movimento estudantil também na organização de manifestações, tínhamos uma credibilidade muito grande.

A respeito da história do movimento operário e do fato de pessoas se reunirem como categoria, que nesta pesquisa é o caso dos servidores técnico-administrativos das Universidades Públicas Brasileiras, é uma pequena parte da história dos trabalhadores. Segundo Batalha (1997), o conjunto dos trabalhadores é dividido em quem faz parte e quem não faz parte do movimento operário. O movimento operário, por sua vez, é dividido em três segmentos: lideranças, quadros intermediários e militantes de base. O autor salienta que:

Apenas uma minoria chega a escrever nos jornais operários e tem uma atuação que transcende os limites de sua categoria profissional; esses podem ser considerados como as lideranças operárias. Um grupo um pouco maior participa ativamente da vida da categoria, integra direções de associações, assina manifestos, mas raramente escreve sobre sua prática e muito menos produz teoria. O terceiro e, certamente, maior grupo, é composto por aqueles que apenas exercem uma militância eventual, que são a base de todas as organizações, que estão presentes nos momentos de ascensão dos movimentos e os abandonam nos momentos de refluxo (BATALHA, 1997, p. 104).

Este excerto pode ser pensado em relação à categoria dos servidores técnico-administrativos, na medida em que se dão conta que também são trabalhadores e que através de uma Associação começaram a entender que tinham deveres, mas também tinham e têm direitos trabalhistas e/ou sociais.

Diante das narrativas apresentadas, é possível pensar que se os servidores técnico-administrativos da UFPel não tivessem se unido, talvez os abusos contra eles tivessem tido continuidade, haja vista que provavelmente foi o fato de se reunirem que os fez perceber que passavam pelas mesmas situações que os inquietavam e que, portanto, deveriam lutar contra elas.

Decididos a não terem mais que se sujeitar a pessoas as quais eles não deviam nenhuma subordinação e, também visando obterem para si outras melhorias em seus ambientes de trabalho, bem como para suas vidas no sentido de lazer, atendimento médico, odontológico, entre outras, criaram a ASUFPEL com a finalidade de ser um meio para alcançarem seus objetivos, unidos como uma categoria.

## **2.2 Anseios e expectativas dos servidores técnico-administrativos**

Quanto às expectativas dos associados, foi importante a criação da ASUFPEL, na medida em que tiveram sua autoestima elevada, pois sentiram-se valorizados enquanto servidores técnico-administrativo, percebendo que tinham papel importante dentro da Universidade, ou seja, faziam parte de um dos segmentos, junto com os docentes e discentes.

Já o colega Rui Antônio Dutra Vahl, contou que:

Em 1986 me associei na ASUFPEL, na época trabalhava no Restaurante Universitário, e começou a aparecer algumas demandas no setor, procuramos a ASUFPEL que resolveu da melhor forma possível, e dali passei a conviver com as pessoas, com a própria ASUFPEL, e através da greve de 1985, participei, mas não fiz greve, porque éramos considerados serviço essencial.

Maria Tereza, por sua vez, narrou que foi convidada a trabalhar na associação: “Na década de 1980, através do colega João Paulo Adamoli, me convidou para vir trabalhar aqui no ASUFPEL, para criar um grupo de apoio aos aposentados”. Ainda entre os motivos que levaram os entrevistados a se associarem, o colega Deraldo Nunes Ugoski narrou que:

A partir da década de 1980, com os movimentos sociais em ascensão no País e motivados por este grupo, que tinha como missão em ponderar diretamente na luta constante em prol da sociedade no geral, mas sempre focado na luta dos servidores Públicos Federais em Educação, esta atitude foi o instrumento motivador de minha filiação desta Associação.

Segue o relato de Francisco Antunes Fossati, o qual se envolveu no movimento sindical pela política:

Gostaria muito de poder afirmar que minha trajetória e envolvimento com as questões sociais, começou no dia 08 de setembro de 1961, ano que nasci. Sou filho de Darci Filgueiras Fossati, comunista ativista, perseguido e preso em 1964, delatado como membro “grupo dos”, também conhecido pelos seus companheiros como o homem das leis. Morreu em agosto de 1973, quando eu tinha 12 anos. Lembro do meu envolvimento modesto no grêmio estudantil quando tinha por volta de 15,16 anos. Meu envolvimento com o movimento

sindical começou em 1980, no sindicato dos bancários, onde pela primeira vez, de fato, participei de uma grande manifestação de massas que foi a das DIRETAS JÁ. Em 1995, no dia 03/06, quando ingressei na UFPEL, já no dia seguinte estava me filiando junto a Associação, a partir daí, é que efetivamente me tornei um participante diário da vida sindical no âmbito da UFPEL. Fui Presidente do Conselho Fiscal e Presidente do Conselho de Delegados. Envolvido com sindicato são efetivamente 32 anos.

O entrevistado Francisco Antunes Fossati viveu a Ditadura de 1964 e este fato está nitidamente em suas entranhas, em toda sua história de vida, pois desde muito cedo já começou a participar na escola em grêmios estudantis, que eram um segmento de representação de alunos perante a Direção das escolas.

Com isso, buscou-se o significado da palavra comunismo: doutrina social, política e econômica, tal qual ideologia, defendia o “estado natural”, em que todas as pessoas teriam o mesmo direito a tudo, sendo uma sociedade igualitária. Nos séculos XIX e XX o termo foi usado para considerar como um movimento político<sup>13</sup>.

Já o colega Pedro se envolveu na ASUFPEL por se identificar e gostar de trabalhar com movimentos sociais: “Ingressei na UFPEL em agosto de 1978 e já me associei na ASUFPEL, por interesse de ser um movimento assistencial, e continuei frequentando mais efetivamente por vontade política, quando se tornou sindicato para defesa dos nossos direitos”.

Luiz Osório dos Santos, em sua entrevista, relatou que:

A partir desses movimentos houve um crescimento tanto da compreensão do papel do servidor público, particularmente na área da educação, e o que se pode dizer é que a ASUFPEL, ela se fez nesse “caudal”, digamos assim, se fez uma entidade mais combativa a partir da consciência das pessoas da UFPEL, dos servidores técnico-administrativos à respeito do papel de uma entidade associativa e nesse momento começou a deixar de ser uma entidade meramente associativa, um caráter que ela nunca perdeu, mesmo depois sendo sindicato, e nós passamos a ter uma atuação política mais ativa na defesa dos interesses da categoria, tanto assim que em 1984, a partir de então comecei a participar efetivamente do movimento sindical.

Já o Sr. Mário Mesko e o Sr. Renato Moreira disseram que “Nós gostávamos da ‘coisa’, queríamos o melhor para nossos colegas da UFPEL, nossa atuação foi mais beneficente, recreação e de integração” (A pesquisadora realizou a entrevista com os dois juntos, na sede da ASUFPEL/SINDICATO, em 17/10/2017).

A entrevistada Olívia Ferreira se envolveu no sindicalismo por gostar deste tipo de engajamento social:

---

<sup>13</sup> Informações retiradas do site Sua Pesquisa (2018).

Meu envolvimento se deve, em primeiro lugar, a uma tendência pessoal de me instruir em questão de cunho político, social e humano. Meu envolvimento mais direto com o movimento sindical tem aproximadamente trinta (30) anos, a partir de algumas coincidências onde fui convidada a participar da direção do sindicato.

Observa-se que as razões que levaram servidores técnico-administrativos a se tornarem associados da ASUFPEL, bem como de outras associações, foram diversas, indo desde a busca por direitos até o acesso a benefícios, como cheque bônus, prestação e atendimento de serviços médicos e odontológicos. Outros ainda em busca de atividades de lazer, como relataram os entrevistados João Paulo e Darci.

Cada entrevista teve sua peculiaridade, como, por exemplo, o fato de alguns gostarem de ajudar, como o Sr. Mário que se sentia bem ao prestar um bom serviço como contador e o Sr. Renato que se satisfazia em conseguir benefícios para os associados, pois ambos gostavam de “conseguir o melhor para os colegas”. Além disso, também foram bem presentes falas no sentido de associados terem se sindicalizado justamente por gostarem do movimento sindical e através dele se politizarem, podendo se engajar na luta pelos direitos da sua categoria, como demonstraram Francisco, Maria Tereza, João Paulo Adamoli, Luiz Osório e Pedro.

A ideia de associações e fundações visando aquisição de benefícios para seus integrantes já existe há tempos no Brasil. Batalha, Silva e Fortes (2004), ao propor um exame das experiências associativas entre trabalhadores, imigrantes e libertos na capital do Império, verificou vários tipos de sociedades civis, tais como: socorros mútuos, beneficentes, irmandades, monte pios, filantrópicas, carnavalescas, religiosas, grêmios recreativos, seguradoras, esportivas, educacionais e literárias. Ainda segundo o autor, o hábito de associar-se na cidade do Rio de Janeiro era algo facilmente observável. Essa cultura associativa se manifestou de forma mais intensa nas últimas décadas do século XIX e se perpetuou durante a Primeira República.

### **2.3 Atuação e conquistas de uma entidade de representação dos técnico-administrativos da UFPEL**

Notadamente, todos os entrevistados tinham um pensamento em comum, que era o de que, em um primeiro momento, existisse uma entidade beneficente, de recreação e interação, a qual, mais adiante, tornou-se reivindicatória, por melhores

condições de trabalho, considerando que já lutavam por melhorias salariais. Neste sentido, Luiz Osório narrou que:

[...] Em 1987, houve a retomada da democracia, onde ASUFPEL passou a exercer um papel importante de sindicato, mesmo não sendo sindicato, onde representava os anseios da categoria, nós lutamos, nos envolvemos diretamente na questão da construção do plano de carreira unificando as fundações e autarquias, que foi o único plano na história do PUCRES, que foi um plano que teve instrumento jurídico negociado na mesma mesa, plano de carreira dos professores e plano dos, técnico-administrativos, plano único de classificação de cargos e empregos. Pode-se dizer que grandes conquistas da categoria que derivam da ação do sindicato, elas ocorreram antes da Associação virar Sindicato. Foi o plano que mais trouxe ganho pra os técnicos-administrativos, a lei 7.596, publicada em abril de 1978, previa a implantação do plano de carreira através de um decreto, onde o plano foi implantado em novembro de 1987. O Plano Único de Classificação e Retribuição de Cargos e Empregos – PUCRCE foi instituído pelo Decreto nº 94.664 de 23 de junho de 1987, em atendimento os dispositivos da Lei nº 7.596 de 10 de abril do mesmo ano.

Percebe-se que Renato Moreira também estava eufórico ao lembrar um pouco de sua história e de sua vida no movimento sindical. Saltava aos olhos a satisfação dele em conseguir benefícios para os associados, pois ficou claro que melhorar a vida deles era algo bastante gratificante para ele também.

O entrevistado Mário Mesko, também aposentado e que trabalhou na ASUFPEL, complementou a entrevista do colega, falando:

[...] tinha um grupo na Prefeitura onde eu trabalhava que fazia suas festinhas, e eu participava, um dia o presidente da ASUFPEL, Sidney Bilhalva me convidou para ser Tesoureiro da Associação, assumi de 1983 a 1985 e depois outro mandato, isso sem nunca ter participado de nada antes, de nenhum movimento social, sindical... que seja....Aí nos apareceu um senhor nos oferecendo o RS o famoso Cheque Bônus, que adotamos e foi um sucesso, era um talão personificado com logotipo da ASUFPEL, com limite para cada sócio conforme seu salário, que era usado no comércio local, postos de gasolina, supermercados, farmácias, lojas, a partir daí os servidores técnico-administrativos tomaram conta do comércio pelotense, pois era um pagamento certo, que já vinha descontado em folha, quando saímos deixamos uma soma de dinheiro para comprar a sede atual na rua Quinze de Novembro, 262, até então pagávamos aluguel, e compraram a sede e sobrou ainda algum dinheiro. Em 1985 começamos a lutar pelo Plano de Carreira, em 1986 também começamos uma grande luta para colocar uma cadeira, um espaço no CONSUN para os aposentados. Em 1985, em uma assembleia na FAEM, que estava lotada, muitas pessoas em pé, foi a primeira vez que peguei o microfone, e falei sobre toda nossa contabilidade, que estava tudo corretíssimo, e eu imaginando que ia ser vaiado; quando parei de falar todos se levantaram e me aplaudiram de pé, foi aí que estourou nossa primeira greve. As Assembleias também no Colégio Municipal Pelotense sempre lotadas, também com muitos colegas que ficavam em pé, em torno de 700/800 pessoas. Eu não era liberado na questão de horário para trabalhar meio turno e a tarde poder ir para Associação, então eu saía do Campus capão do Leão soltava às 17:30 horas e ia na ASUFPEL, na rua Princesa Isabel, assinar documentos e ver como estava a contabilidade, a secretária Geraldina deixava tudo pronto para mim. Foi com o Reitor Ruy Antunes

Barbedo, que conseguimos minha liberação de horário. Tínhamos uma boa relação com ADUFPEL e DCE. Conseguimos mostrar para a gestão que queríamos contribuir principalmente na vida profissional e pessoal dos servidores técnico-administrativos, mas também para a Universidade. No começo já tínhamos um bom número de sócios, e depois foi criada a ADUFPEL.

O senhor Mário Mesko estava bem ansioso para falar sobre muitas outras coisas, na verdade queria contar toda sua trajetória. Além de ter sido muito simpático, contou que foi um tesoureiro de alta categoria, pois disse: “Sempre fui muito honesto!”. Contou também que fazia questão de estar sempre apresentando relatórios de sua contabilidade. Também ficava feliz quando falava nos associados: “Éramos uma grande família!”. Sobre seu papel na Associação, relatou que era responsável pela contabilidade. Colocou também que em 1985 a Associação começou a reivindicar um Plano de Carreira, onde neste mesmo ano a Associação participou da primeira greve realizada pela ASUFPEL.

Quanto à atuação da associação em beneficiar seus associados, Maria Tereza afirmou que: “A ASUFPEL contribuiu sempre na questão da identidade profissional, que veio com a luta sindical, quando ganhamos o Plano de Cargos e Salários (PCS), até ali não passávamos de servidor de professor”.

Já o entrevistado Deraldo falou sobre a atuação e conquistas da ASUFPEL: “Em 1985 realizamos a primeira greve na UFPEL, por melhor salário e por um Plano de Cargos e Salários, o que foi também nacionalmente e foi nossa primeira conquista”.

A esse respeito, Francisco Fossati disse que, embora a associação não tenha sido sempre exitosa, fez conquistas importantes para a categoria:

A ASUFPEL já começou atuando com muitas mudanças, conquistamos nossa carreira, que precisa ser aprimorada, mas que atendeu aos anseios de muitos colegas temos consciência de que nunca ganhamos o que pedimos, mas sempre buscamos perder o menos possível.

João Paulo Adamoli também fez colocações sobre a atuação da ASUFPEL, no sentido de que desde que ele entrou para a associação, em 1985, já participou de sua primeira greve, na qual foi conquistado o primeiro plano de carreira das fundações.

Em 1987 houve uma greve dos trabalhadores a nível nacional e as universidades fundacionais e autarquias conseguiram plano PUCRES – foi quando passou a ter uma valorização da categoria, salário igual em todo Brasil.

Observa-se, com base nos relatos obtidos, que a associação, economicamente e politicamente, foi importante para os associados, atendendo a expectativas e

anseios dos mesmos, muito embora, como dito por eles mesmos, ainda haja muito para ser conquistado. É possível pensar que a ASUFPEL foi de extrema importância para eles, na medida em que tiveram sua autoestima elevada e passaram a se sentir mais valorizados, especialmente diante dos docentes que antes os destravam, ou seja, havia um conflito de classes entre técnico-administrativos e docentes. Também foi possível perceber que desde a criação da ASUFPEL já lutavam pelas 30 horas, pelo turno único. Esta luta continua até hoje.

#### **2.4 Partidarismo dentro da entidade**

Também foi perguntado aos entrevistados sobre a ASUFPEL ser partidária ou apartidária. Todavia, na própria direção da Entidade, como também associados, havia não só ideologia partidária de esquerda, mas também de direita. Em um dado momento existiu um certo tensionamento, exatamente porque a ASUFPEL assumiu um partido de esquerda, pela própria Direção da ASUFPEL, o Partido dos Trabalhadores. Ou seja, foram vistas pelos associados bandeiras do Partido dos Trabalhadores dentro da ASUFPEL, relato presente nas entrevistas transcritas. Esse fato é compreensível, em vista da sua bandeira histórica na busca por defender o trabalhador. Fica difícil uma Associação e/ou Sindicato negar que existe uma tendência partidária, algumas vezes um determinado partido político torna uma negociação mais viável com a gestão superior dentro da Universidade, assim como nas negociações com o governo federal. Sobre essa questão, relatou o Sr. Deraldo Nunes que:

Nitidamente, notava-se a defesa ideológica de um único partido, onde imperava somente a vontade partidária. Obviamente que cada um que estava na gestão na época, assim como cada um de seus associados, tinham sua ideologia política, mas em certo momento, da gestão, dentro do ASUFPEL/SINDICATO, existiam bandeiras do Partido dos Trabalhadores o PT.

Como o entrevistado cita um partido político<sup>14</sup>, é pertinente que se fale sobre:

A fundação composta por dirigentes sindicais, intelectuais de esquerda e católicos ligados à Teologia da Libertação, no dia 10 de fevereiro de 1980 no Colégio Sion em São Paulo. O partido é fruto da aproximação dos movimentos sindicais, a exemplo da Conferência das Classes Trabalhadoras (CONCLAT) que veio a ser o embrião da Central Única dos Trabalhadores (CUT), O PT foi fundado com um viés socialista democrático. Com o golpe de

---

<sup>14</sup> Partido dos Trabalhadores (PT).

1964, a espinha dorsal do sindicalismo brasileiro, que era o CGT (Comando Geral dos Trabalhadores), que reunia lideranças sindicais tuteladas pelo Ministério do Trabalho- um ministério geralmente ocupado por lideranças do Partido Trabalhista Brasileiro varguista - foi dissolvida, enquanto os sindicatos oficiais sofriam intervenção governamental. A ressurgência de um movimento trabalhista organizado, expressa nas greves do ABCD paulista da década de 1970, colocava a possibilidade de uma reorganização do movimento trabalhista de forma livre da tutela do Estado, projeto este expresso na criação da CONCLAT, que viria a ser o embrião da CUT, fundada três anos após o surgimento do PT. Originalmente, este novo movimento trabalhista buscava fazer política exclusivamente na esfera sindical (PARTIDO DOS TRABALHADORES, DIRETÓRIO MUNICIPAL DE ASSAI-PR, 2011, s./p.).

Ainda sobre a mesma questão, colocou o Sr. Pedro que:

Aconteceu sim partidarização dentro do Sindicato, as pessoas têm o direito de optar por qualquer partido, mas fora do Sindicato. “Foi através do Sindicato que Fernando Marroni se tornou político, hoje ele não consegue mais espaço no Sindicato, depois que se tornou político, virou as costas para os que ajudaram ele a começar a vida política”. Eu fazia sempre oposição, levava pau e pau, não era permitido pensar diferente dos projetos do Marroni, eu não aceitava que algum projeto pudesse não ser interessante para os sócios e me posicionava. Sei de sócios que não concordavam com as deliberações do sindicato e se afastaram. Na época havia um tensionamento para nos dizer qual era nosso lugar, na minha opinião não tinha democracia. O Fernando Marroni construiu dentro do sindicato o personalismo, todo o outro lado se achavam intelectuais, com palavras difíceis, mas eu entendia a língua deles, só que muitos de nossos sócios às vezes não sabiam o que queria dizer certas palavras, e numa assembleia a elite intelectual que estava na mesa conduzindo as falas, eu achei por bem perguntar o que queria dizer tal palavra, achei importante a desconstrução da intelectualidade em assembleias com 700 pessoas.

E a entrevistada Maria Tereza disse que:

Não sou vinculada a partido nenhum, tenho muitas críticas, em todas estruturas partidárias, acho que o oportuníssimo por exemplo é muita falta de comprometimento, falta de caráter. Sou de esquerda, porque acho que fora disso não tinha solução para o povo trabalhador, ainda me prestei a fazer um estudo, porque não concordava com a esquerda batendo na própria esquerda, isto fragmenta e é altamente danoso, pois se perde o objetivo de lutas. Politicamente nosso sindicato conseguiu fazer com que um colega nosso e que foi da coordenação do sindicato ser, prefeito de Pelotas e deputado federal, então politicamente houve um crescimento enorme, com a participação dos próprios servidores técnico-administrativos e economicamente, conforme o técnico-administrativo vai se apropriando da sua situação tem mais capacidade de rever seus direitos. Mas o fato de o sindicato defender direitos de seus associados, não quer dizer que defendemos qualquer partido.

Ainda em relação a esta questão, Olívia Ferreira narrou que:

A passagem de associação para sindicato (ainda que seguisse por algum tempo formalmente como associação, mas agia como sindicato), se deu quando um grupo de colegas da antiga associação conscientizou-se de que era hora de inserir a questão política, na acepção mais ampla da palavra, nas atividades da instituição. Chamaram o companheiro Fernando Sthefan Marroni futuro prefeito de Pelotas e futuro deputado federal, para compor uma chapa, para direção da associação, onde me convidou para compor a chapa,

que coincidentemente éramos colegas de serviço na UFPEL, à chapa formada concorreu para a direção e vencemos.

É importante ressaltar que Olívia Ferreira foi a primeira mulher a fazer parte da Direção da ASUFPEL, na chapa eleita em 1993. Muitas outras mulheres ajudavam a ASUFPEL, mas não faziam parte da Direção, eram militantes da associação.

E possível ainda comentar que em certo momento, em 1993, houve um clima tenso dentro do sindicato, pois alguns entrevistados afirmaram (está gravado, transcrito e com formulário de consentimento de publicação) que a gestão tinha coordenadores filiados ao Partido dos Trabalhadores, que faziam uma política sindical partidária ao referido partido e que o Coordenador Geral se elegeu Prefeito Municipal e Deputado Federal. Os entrevistados que relataram este fato também afirmaram que ele começou sua carreira política dentro da ASUFPEL, gerando descontentamento em alguns sócios que diziam que sindicato deveria ser apartidário. Um dos entrevistados, o Sr. Pedro, disse que na época, por conta desse fato, associados se afastaram do sindicato. Entretanto, as entrevistadas Maria Tereza Fuji e Sra. Olívia Ferreira relataram que foi uma situação positiva, pois é salutar um movimento sindical fazer política partidária e que foi importante sair de dentro do ASUFPEL um Deputado Federal.

## **Considerações Finais**

Todos os caminhos de uma pesquisa têm suas particularidades, tive a percepção de poder comprovar a essencialidade em pesquisar a criação da ASUFPEL, hoje já com outro nome: Sindicato dos Servidores Federais em Educação de Pelotas e Capão do Leão.

Ciente da escassez de estudos específicos, ficou clara a importância de realizar este trabalho de reorganização de tempo e espaço, sendo que a ASUFPEL, fundada em 1979, acolheu, atendeu e representou diversos interesses e projetos de cada servidor técnico-administrativo que se associava. Em um primeiro momento, procurou-se demonstrar como a participação de um segmento dentro de uma Universidade Pública Brasileira, que não é nem notado e deseja ser inserido no cenário universitário, busca adquirir aquilo que lhe pertence por direito, colocar temas e provocar discussões e ter a liberdade de poder opinar sobre a reorganização do sistema do Ensino Superior, no caso aqui particularmente a UFPel.

Constatou-se de que maneira se dá a participação de novos servidores técnico-administrativos no cenário universitário, com suas análises, atuações e sugestões, dentro de uma Universidade. Nota-se que a ideia de uma Instituição democrática discorda do que tem retratado as buscas, que aparecem com o surgimento desses novos atores, variando, em consonância, entre valorização do sentido de importante compreensão em seu empenho para entender e transformar a Universidade, até a mínima aprovação e ao preconceito, estes notificados tanto por um equívoco reflexivo, como pelo exemplo de uma racionalidade impositiva.

Vai ser um engano e uma questão de não levar em conta procuras colocadas pelos servidores técnico-administrativos através de sua valorização do papel social de seu trabalho nas Universidades Públicas Brasileiras.

De minha parte, considero que o objetivo maior de um sindicato é sempre levar em conta que o mais importante são os direitos dos associados e lutar para que eles sejam alcançados. O envolvimento em questões políticas, no entanto, se faz muitas vezes necessário, justamente para tentar alcançar esses fins.

Observou-se, também, que algumas pessoas se tornam sindicalistas e militantes por ideologia política. São aquelas que encontram no movimento social e sindical uma maneira de colocar em prática suas inquietações de desejar que se tenha uma sociedade mais justa, que pode ser tanto em ideologia de direita ou ideologia de esquerda.

Percebeu-se nas entrevistas que quem participa efetivamente de movimento sindical consegue perceber a real importância de uma entidade representativa. Com relação à isso, divido o mesmo sentimento, de que se deve lutar sempre pelos nossos direitos, como ter uma ferramenta de trabalho adequada para a função, até chegar no nível de se ter uma remuneração digna.

Durante a pesquisa, realizou-se bastante trabalho de campo para desbravar como foi criada a ASUFPEL, porém, o material era muito precário e a maioria dos documentos antigos se perderam. E, também, em muitas ocasiões, de 1979 até 1985 não eram feitos atas, ofícios, jornais, panfletos e boletins informativos, nem mesmo fotografias da época da fundação da ASUFPEL são encontradas em quantidade. Entretanto, o que se conseguiu de documentos se tentou explorar ao máximo.

O que mais impressionou foi a riqueza das entrevistas, que foram de grande valia para a realização desta pesquisa. A cada entrevista era uma descoberta, uma emoção de ambas as partes e cada uma das falas acrescentavam mais e mais. Onde foi possível constatar fatos que nem se imaginava que teriam acontecido durante a criação da ASUFPEL, como, por exemplo, o primeiro Presidente foi um docente, professor Ubirajara Galli.

Pode-se perceber a importância e a necessidade de um Sindicato na vida do trabalhador, no caso dos servidores técnico-administrativos, através de algumas leituras, mas também pelas entrevistas. Já se sabia que os TAEs faziam alguns favores para os docentes, mas pela amizade, pois somos todos servidores públicos federais, mas não se imaginava que os TAEs em um primeiro momento não se viam e não se reconheciam como trabalhador por estar vinculado ao serviço público. Daí a necessidade de se ter uma Entidade, que aglutinasse os TAEs da UFPel, a princípio como uma Associação assistencialista, com professores que se juntaram ao movimento também (mais tarde foi criada também a Associação dos Docentes da UFPel, hoje ADUFPEL).

Constatou-se pelas entrevistas que todos concordam que a ASUFPEL melhorou a vida dos associados, principalmente como profissionais, trabalhadores

que são, e também na vida pessoal, como disse uma das entrevistadas, Maria Loura, “Aprendemos a não aceitar engodos como verdade!”.

É apreciável numa pesquisa que se manifesta a estudar o teor dos relatos, a fase de contextualização, pois esta implica em corrigir a redação do texto reproduzido. Conforme defende o historiador Thompson (1997, p. 58): "por lógico não são as palavras que interessam e sim o que elas contêm [...] vícios de linguagem, erros de gramática, palavras repetidas devem ser corrigidas" (THOMPSON, 1997, p. 58).

Thompson (1997, p. 86) também defende "que compomos nossas memórias para dar sentido à nossa vida passada e presente". Ainda que se realize um recorte, a história busca verdades que sempre vão ser temporárias, datadas, parciais, porque são compostos pelos seres humanos ao longo do tempo. Ao historiador cabe desconstruir a verdade e reconstituir fatos, adequando-se de princípios, método e variáveis que vão conduzir a novas informações, referências e realizar investigações e explorações, levando em conta também sua implicação emocional com a pesquisa e com os entrevistados.

A adoção da metodologia de História Oral, além de significar um desafio novo, ocasionou uma série de indagações, pois minha história pessoal dentro do movimento sindical confundia-se com o objeto de pesquisa. Foi difícil manter certo distanciamento. Contudo, também existiram algumas vantagens, como, o fato de entrevistar pessoas com um passado em comum, pois havia alguma familiaridade com a situação que carrega em si algumas peculiaridades difíceis de traduzir para quem não teve essa experiência. Desejava-se evitar a indução da entrevista para narrativas pré-estabelecidas.

Durante a pesquisa, fatos da história da criação da ASUFPEL foram revelando-se fascinantes e surpreendentes. Ouvir as histórias por meio de relatos de memória dos entrevistados, entrar em contato com a produção e fragmentos das diversas mobilizações do Movimento através das fontes conferidas, possibilitou adentrar em um universo que se demonstrou cada vez mais convidativo, fazendo perceber que ainda há muitas questões a ser conferidas e muitas memórias a serem consideradas deste instigante tema da história da ASUFPEL.

Por meio desta dissertação, foram analisados os conceitos de memória, associativismo, luta de classes e a criação de uma Associação que colocou os servidores técnico-administrativos como pessoas atuantes dentro da Universidade, ou seja, analisando sua visão de que era “empregado” dos docentes, sendo que na

realidade todos são servidores, com a diferença de que existe o segmento do técnico-administrativos e o segmento dos docentes. Sem o serviço de cada categoria não existe a Universidade, para a qual o maior interesse é a formação de profissionais, que são os alunos.

Uma vez que o próprio contexto social e político implicou aos servidores técnico-administrativos manter determinada postura enquanto grupo, bem como indivíduos, tal postura, na maioria das vezes, mostrou estar em contradição com a atitude adotada pela universidade diante do momento político.

Salienta-se que, durante a análise, percebeu-se como questão importante a complexidade política dos agentes pesquisados. Foi possível observar uma agenda “nova” emergindo, abraçando questões, como defesa ambiental, gênero e quebra de paradigmas, mesclada com aspectos políticos tradicionais, como, posição partidária e ideologia pautada pelo discurso de esquerda.

As falas dos entrevistados refletem o leque de possibilidades que se abriram. Os associados não almejavam apenas o fim da ditadura, o momento os conduzia a lutar por liberdades democráticas, enfim, havia novos anseios.

Foi um aprendizado único, na medida em que a pesquisadora é uma trabalhadora e que mais do que nunca vai defender a importância de um Sindicato, pois este mostra a identidade da classe trabalhadora, quem são profissionalmente. E são grandes!

## Referências

ANTUNES, R. **O que é sindicalismo**. 16ª Ed. São Paulo, Brasiliense, 1989.

ASUFPEL. História. **ASUFPEL**, 2016a. Disponível em: <<http://asufpel.com.br/historia>>. Acesso em: 17 de nov. de 2016.

ASUFPEL. ASUFPEL comemora 35 anos com coquetel. **ASUFPEL**, 2016b. Disponível em: <<http://asufpel.com.br/posts/185/asufpel-comemora-35-anos-com-coquetel>>. Acessado em ago. 2016

BATALHA, Claudio H. M. Vida associativa: por uma nova abordagem da história institucional nos estudos do movimento operário. **Anos 90**, v. 5, n. 8, p. 91-99, Dez. 1997.

BATALHA, Cláudio H. M.; SILVA, Fernando T.; FORTES, Alexandre (orgs.). **Culturas de classe**: identidade e diversidade na formação do operariado. Campinas: Unicamp, 2004.

BOITO JR., Armando. **Política Neoliberal e Sindicalismo no Brasil**. São Paulo: Xamã, 1999.

CARDOSO, R. L. S. Competências críticas para a Redefinição do perfil do funcionário público. **Anesp**, 1997. Disponível em: <<http://www.ansp.org.br>> Acesso em: 10 out. 2017.

CONCEITOS. Classe Social - conceito, o que é, significado. **Conceitos**, [sem data de publicação]. Disponível em: <<https://conceitos.com/classe-social/>> Acesso em: 16 mar. 2017.

DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. **Direito Administrativo**. São Paulo: Jurídico Atlas, 2004.

FARIAS, Camila Mota. Sobre uma arte da relação: reflexões sobre história oral e memória na obra de Alessandro Portelli. **Fênix – Revista de História e Estudos Culturais**, v. 12, n. 2, p. 1-9, jul./dez. 2015.

FASUBRA. Site. **FASUBRA**, 2017. Disponível em: <[www.fasubra.org.br/](http://www.fasubra.org.br/)>. Acesso em: 12 de mar de 2017.

GUIMARÃES, T. A. A nova administração pública e a abordagem a Competência. **Revista de Administração Pública**, v. 34, n. 3, p. 125-140, maio/jun. 2000.

MARX, Karl. **Teoria da Mais Valia**. V. 1. São Paulo: Bertrand. 1987.

MARX, Karl. **O Dezoito Brumário de Louis Bonaparte**. São Paulo: Centauro, 2006.

MATOS, Badaró Marcelo. **Trabalhadores e Sindicatos no Brasil**. 10ª Ed. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

MEIHY, José Carlos. **Manual de História Oral**. São Paulo: Loyola, 1996.

MIGLIACCIO FILHO, Rubens. Reflexões sobre o homem e o trabalho. **Revista de Administração de Empresas**, v. 34, n. 2, p. 18-32, 1994. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rae/v34n2/a04v34n2.pdf>>. Acesso em: 16 mar. 2017.

OLIVEIRA, H. C.; SANTOS, J. S. P.; CRUZ, E. F. C. O mundo do trabalho: concepções e historicidade. In: III JORNADA INTERNACIONAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS. **Anais...** São Luís/MA: UFMA, 2007. Disponível em: <[http://www.joinpp.ufma.br/jornadas/joinppIII/html/Trabalhos/EixoTematicoB/178d5144a74686f5b7ffHILDERLINE%20C%C3%82MARA\\_JOSENEIDE%20SANTOS\\_EDUARDO%20CRUZ.pdf](http://www.joinpp.ufma.br/jornadas/joinppIII/html/Trabalhos/EixoTematicoB/178d5144a74686f5b7ffHILDERLINE%20C%C3%82MARA_JOSENEIDE%20SANTOS_EDUARDO%20CRUZ.pdf)> Acesso em: 20 set. 2018.

PARTIDO DOS TRABALHADORES, DIRETÓRIO MUNICIPAL DE ASSAI-PR. História do PT. **PT de Assai**, 2011. Disponível em: <<http://ptdeassai.blogspot.com/p/historia-do-pt.html>>. Acesso em: 14 fev. 2018.

PORTELLI, Alessandro. Tentando apreender um pouquinho. Algumas reflexões sobre a ética na História Oral. **Projeto História**, v. 15, p. 13-49, 1997.

RODRIGUES, Lucas de Oliveira. Luta de Classes. **Mundo Educação**, 2008. Disponível em: <<http://mundoeducacao.bol.uol.com.br/sociologia/luta-classes.htm>>. Acesso em: 21 jul. 2017.

SANTOS, Odair Loredó; INGLESÍ, Carlos Eduardo. **Direito Administrativo Interpretado**. Doutrina, Legislação, Prática, Jurisprudência Comentada. 1ª Ed. São Paulo: Primeira impressão, 2008.

SARTURI, C. A. Os modelos de Administração Pública: patrimonialista, burocrática e gerencial. **E-gov**, 2013. Disponível em: <<http://www.egov.ufsc.br/portal/conteudo/os-modelos-de-administra%C3%A7%C3%A3o-p%C3%BAblica-patrimonialista-burocr%C3%A1tica-e-gerencial>> Acesso em: 21 jul. 2017.

SILVA, Kalina Vanderlei; SILVA, Maciel Henrique. **Dicionário de Conceitos Históricos**. São Paulo: Ed. Contexto, 2006.

SILVA, Kalina Vanderlei; SILVA, Maciel Henrique. **Dicionário de Conceitos Históricos**. 2ª ed., 2ª reimpressão. São Paulo : Contexto, 2009.

SILVA, S. P. R. Entre a vanguarda e o espontaneísmo: embates pela hegemonia do “novo sindicalismo” no Brasil. **Revista Urutágua – revista acadêmica multidisciplinar**, n. 16, p. 74-86, ago./set./out./nov. 2008.

SUA PESQUISA. Comunismo. **Sua Pesquisa**, 2018. Disponível em: <[https://www.suapesquisa.com/o\\_que\\_e/comunismo.htm](https://www.suapesquisa.com/o_que_e/comunismo.htm)> Acesso em: 14 fev. 2018.

THOMPSON, A. Reconstituo a memória. Questões sobre a relação entre a história oral e as memórias. Projeto História. São Paulo, v.15, p. 51-84, 1997.

TRABALHOS UENP. Lei 5.540/68 - Reforma do ensino Superior. **Reformas de Ensino**, [sem data de publicação]. Disponível em: <[http://trabalhosuenp.blogspot.com/2014/07/lei-554068-reforma-do-ensino-superior\\_23.html](http://trabalhosuenp.blogspot.com/2014/07/lei-554068-reforma-do-ensino-superior_23.html)> Acesso em: 21 jul. 2017.

UFSM. **Associativismo**. Santa Maria: Incubadora Social UFSM, 2015. Disponível em: <<http://w3.ufsm.br/estudosculturais/arquivos/incubacao-cartilhas/CARTILHA%20ASSOCIATIVISMO.pdf>>. Acessado em: 21 jul. 2017.

WIKIPÉDIA. Anos de chumbo (Brasil). **Wikipédia**, 30/08/2018. Disponível em: <[https://pt.wikipedia.org/wiki/Anos\\_de\\_chumbo\\_\(Brasil\)](https://pt.wikipedia.org/wiki/Anos_de_chumbo_(Brasil))> Acesso em: 24 set. 2018.

## **Anexos**

## Anexo 1 - Informativo

# ASUFPEL

## INFORMA

9 de novembro de 1987

---

**SEMINÁRIO FUNÇÃO SOCIAL DA UNIVERSIDADE**

O Seminário sobre a Função Social da Universidade, promovido pela Comissão da Constituinte Universitária na UFPEL, terá prosseguimento na próxima terça-feira, às 14 horas, com o tema "A EDUCAÇÃO, A SOCIEDADE E O HOMEIN". No dia 12, também às 14 horas, no Auditório do Colégio M. Pelotense, haverá novo encontro, com o tema "AS RELAÇÕES DE PODER NA UNIVERSIDADE", sendo palestrantes o Prof. Ruy Antunes, reitor da UFPEL; Prof. Francisco Miraglia, Presidente da ANDES e o Prof. Horácio de Macedo, reitor da UFRJ. O encerramento deste Seminário, se dará no dia 19, às 14 horas, com o tema "O BRASIL, A CRISE E O DESENVOLVIMENTO", tendo as presenças do Prof. Marco A. Pereira, Diretor da ANDES; Siderley Oliveira, da Federação dos Trabalhadores da Alimentação do RS, e José Roberto, funcionário da UFRGS e diretor da FASUBRA. O Seminário é aberto a comunidade em geral, e as atividades na UFPEL, nos horários dos debates serão suspensas.

**FUNDO DE MOBILIZAÇÃO**

Conforme decisão unânime emanada da Assembleia Geral do dia 04/11/87, os servidores deliberaram:

1. Desconto do percentual de 0,3% (zero, tres por cento) da remuneração de todos os servidores técnico-administrativos, que deverá ser procedido no mês de novembro. Os recursos arrecadados serão utilizados na manutenção do movimento.
2. Que aqueles que não concordem em descontar o referido percentual deverão preencher documento no DP-UFPEL, impreterivelmente até 12/11/87.

**IMPORTANTE:** A Diretoria da ASUFPEL em contato com o DP informa que devido a impossibilidade de operacionalização do item 2, declara: Compromete-se em fazer a devolução do desconto efetuado no mês de novembro aos servidores que discordarem da decisão da Assembleia Geral.

---

**DIA 11/11 PARALISAÇÃO ASSISTENCIAL**

**ASSEMBLÉIA GERAL**

Dia: 12/11/87 - Quinta-Feira  
 Hora: 8:00  
 Local: Colégio M. Pelotense

**PAUTA**

1. Informes Locais
2. Informes Nacionais
3. Respostas da Reitoria
4. Outros Assuntos

---

**SÓCIOS EM DÉBITO**

Solicitamos aos associados que estejam em débito, referente ao mês de outubro, compareçam na Associação, impreterivelmente até o dia 10 do corrente para acerto definitivo, tendo em

**RIFA DE NATAL**

O Deptº de Promoções solicita a todos os associados que estejam vendendo a rifa da ASUFPEL, que entrem em contato com o Milton no período da tarde na sede da Associação, até o dia 10/11/87.

DOR: NÃO ESQUEÇA ESTE NÚMERO 652.....

## Anexo 2 - Documento sobre validação das 6 horas, página 1



Filiada a FASUBRA

### Associação dos Servidores da Universidade Federal de Pelotas

Fundada em 31 de Julho de 1979

CGC n.º 89 878 284/0001-27

Rua Princesa Isabel, 256 — Fone 25-1478

CEP 96100 - PELOTAS - RS.

#### REITOR GARANTE IMPLANTAÇÃO DO HORÁRIO ÚNICO

Atendendo a uma das principais e mais antigas reivindicações dos funcionários da UFPEL, o Reitor Ruy Antunes assinou portaria em que garante o direito ao trabalho em turno único de seis horas corridas.

De fato, a Portaria não estabelece horários rígidos para as duas opções de turno que o funcionário pode fazer (das 8h às 14h e das 12h30 às 18:30). Isso não significa, porém, fuga à responsabilidade de defini-los e sim, confiança na capacidade e na força do funcionário, que certamente saberá fazer uso dessa liberdade para escolher e assumir o turno que mais se adapte as suas funções na Universidade e a seu estilo de vida.

A abertura deve ser aproveitada ao máximo pelos funcionários, tanto no sentido de concretizar esta conquista, quanto no de não deixar espaços para pressões e imposições de chefias. Alguns funcionários, no entanto, ainda não podem ser beneficiados, como os detentores de FG 5 e 6 e os de CC, além daqueles que trabalham em setores considerados indispensáveis e não têm com quem fazer revezamento.

Mas o mais importante, é que essa Portaria é apenas o começo. Durante os 60 dias em que vigorar, temos que estudar e analisar sua implantação em cada setor e unidade da UFPEL, para que a próxima, a definitiva, seja bem mais aprimorada e beneficie um número ainda maior de funcionários. Não podemos deixar que tentem nos intimidar ou nos forçar a aceitar um horário que não nos convém, sem necessidade.

Lutamos por redução de gastos e com o turno único passaremos a pagar metade do que gastamos atualmente em transporte para vir trabalhar. Lutamos por redução de jornada, como todos os trabalhadores do mundo inteiro, e o turno único nos garante isso. Mesmo que ainda não seja exatamente como queremos,

.....



Filiada a FASUBRA

## Associação dos Servidores da Universidade Federal de Pelotas

Fundada em 31 de Julho de 1979

CGC n.º 89 878 254/0001-27

Rua Princesa Isabel, 256 — Fone 25-1473

CEP 96100 - PELOTAS - RS.

.....

não podemos abrir mão desse espaço que começamos a adquirir. Precisamos seguir cada vez mais unidos e coesos, não só para ampliar esse espaço conquistado, como também para abrir muitos outros.

Os desmandos e abusos de autoridade devem ser denunciados. As vitórias só podem ser definitivamente asseguradas na prática. Os papéis, leis e portarias servem simplesmente para referendá-las ou regulamentá-las quando necessário.

A DIRETORIA

**Anexo 3 - Primeiro estatuto, ano de 1980, com 11 páginas.**

ASSOCIAÇÃO DOS SERVIDORES DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS

E S T A T U T O

Capítulo I

DA DENOMINAÇÃO, SEDE, DURAÇÃO E FINALIDADE

Art. 1º - A Associação Assistencial e Esportiva dos Funcionários da Universidade Rural do Sul, fundada em vinte e três de maio de mil novecentos e sessenta e três, na cidade de Pelotas, Estado do Rio Grande do Sul, República dos Estados Unidos do Brasil, por servidores da então Escola de Agronomia Eliseu Maciel da Universidade Rural do Sul, com a sigla "AAEFURS" e regida pelo Estatuto aprovado em Assembléia Geral, passa a denominar-se Associação dos Servidores da Universidade Federal de Pelotas, tendo como sigla "ASUFPEL", conforme deliberação da Assembléia Geral realizada no dia trinta e um de julho de mil novecentos e setenta e nove.

Art. 2º - A "ASUFPEL" terá sua sede na cidade de Pelotas, sendo sua duração de tempo indeterminado.

Art. 3º - São finalidades da "ASUFPEL":

I - Prestar assistência social a seus associados, proporcionando-lhes todo gênero de benefícios, de acordo com os diversos campos de atividade assistencial que forem estabelecidos por esta, no decorrer do tempo, tais como:

- a) Assistência Médica
- b) Assistência Farmacêutica
- c) Assistência Odontológica
- d) Assistência Hospitalar
- e) Assistência Jurídica
- f) Serviço de Enfermagem
- g) Outras atividades assistenciais, cooperando com os poderes públicos nos serviços preventivos e debilitadores de endemias, etc.

2-1-1

Leandrin

*[Handwritten signature]*

*[Handwritten signature]*

10/1

*[Handwritten signature]*

*[Handwritten signature]*

- 3 -

em prejuízo da Associação ou do bem comum por ela pro  
pugnado.

- f) Exercer, sem remuneração e qualquer título, os manda-  
tos para os quais foram eleitos, comparecendo aos  
atos e reuniões que forem necessárias.
- g) Zelar pelo patrimônio da Associação.

Art. 6º - São direitos dos associados:

- a) votar, respeitando as condições estabelecidas neste  
Estatuto.
- b) Ser votado após um ano da data de admissão na  
"ASUFPEL".
- c) Gozar, juntamente com seus dependentes, de toda a as-  
sistência que a Associação prestar a seus associados.
- d) Propor por escrito à Diretoria ou ao Conselho Deli-  
berativo, as iniciativas que julgar oportunas.
- e) Recorrer por escrito ou verbalmente ao Conselho De-  
liberativo, das decisões da Diretoria.
- f) Recorrer por escrito ou verbalmente à Assembléia Ge-  
ral, das decisões do Conselho Deliberativo.
- g) Gozar das vantagens decorrentes de convênios firma-  
dos pela Associação com outras instituições.

Parágrafo Único - Os sócios gozarão a plenitude de seus direitos,  
após o cumprimento da carência de 3 (três) meses,  
a partir da data de aprovação de sua admissão pe  
la Diretoria, ou terem contribuído com o valor  
correspondente a 3 (três) mensalidades, ao tempo  
de sua admissão.

### Capítulo III

#### DA DIRETORIA

Art. 7º - Compõem-se a Diretoria de:

- a) Presidente  
b) Vice-Presidente  
c) 1º Secretário  
d) 2º Secretário  
e) 1º Tesoureiro  
f) 2º Tesoureiro  
g) Delegado Geral e  
h) Delegado Adjunto.

*Handwritten signatures and stamps:*  
 - A large signature on the left, possibly "L. L. F. F. F."  
 - A circular stamp with the word "ANTON" visible.  
 - Several other signatures and initials, including one that appears to be "H. C. B. L." and another "A".

- 4 -

Art. 8º - O Presidente, vice-Presidente, 1º Secretário, 2º Secretário, 1º Tesoureiro e 2º Tesoureiro serão eleitos por voto direto, em eleição simultânea realizada no "campus" da Universidade e na cidade, cabendo o escrutínio das urnas ao Conselho Deliberativo.

Parágrafo Único - O Delegado Geral e o Delegado Adjunto, referidos no artigo 7º, letras g e h, serão indicados pelos demais membros da Diretoria, indicação que deverá ser referendada pela Unanimidade dos membros do Conselho Deliberativo.

Art. 9º - O mandato dos membros da Diretoria será de 2 (dois) anos, permitida somente uma reeleição em mandatos contínuos no mesmo cargo.

Art. 10º - As chapas concorrentes à eleição de Diretoria deverão ser encaminhadas ao Conselho Deliberativo, até 72 (setenta e duas) horas antes da realização do pleito.

Art. 11º - As eleições de Diretoria realizar-se-ão no mês de abril de cada ano ímpar e os mandatos serão de agosto a julho dos anos em que se realizarem as eleições.

Art. 12º - A Diretoria se reunirá sempre que estiverem presentes a metade mais um de seus membros.

Art. 13º - Compete à Diretoria:

- a) - Dirigir os destinos da "ASUFPEL" dentro das normas estabelecidas neste Estatuto.
- b) - Decidir qual, quando, como e quando de assistência será oferecida aos associados.
- c) - Delegar a terceiros o poder de concessão de benefícios.
- d) - Manter os registros contábeis e históricos da Associação, submetendo-os ao Conselho Deliberativo, trimestralmente, e à Assembléia Geral, anualmente, sob a forma de relatório.
- e) - Propor ao Conselho Deliberativo os valores de teto máximo para contribuição sob o título de jôia e mensalidade, em percentuais nunca superiores ao maior índice de correção salarial utilizado pela Universidade.
- f) - As alterações de jôia de teto máximo, serão propostas cada vez que se verificarem alterações de salário de caráter geral na Universidade, e, fora des-

HH *Pauline* *[Signature]* *[Signature]* *[Signature]* *[Signature]* *[Signature]*

- 5 -

tas, só serão aceitas as que forem aprovadas em As  
sembléia Geral.

- g) - Encaminhar ao Conselho Deliberativo, devidamente instruídos, os pedidos de re-ingressos na Associação.
- h) - Executar as decisões do Conselho Deliberativo e da Assembléia Geral.
- i) - Eleger um (1) dos membros do Conselho Deliberativo dentre os funcionários, quando o membro indicado pelo Reitor for professor e vice-versa.
- j) - Criar Departamentos e Coordenadores.
- l) - Elaborar e propor ao Conselho Deliberativo propostas de orçamentos para execução dentro do período do mandato.
- m) - Convocar a Assembléia Geral, com antecedência de trinta (30) dias, quando julgar necessário.
- n) - Apresentar chapa oficial para a Diretoria.
- o) - Resolver, em primeira instância, os casos omissos.

Art. 14º - Compete ao Presidente:

- a) - Representar a "ASUFPEL" em todos atos inclusive judiciais e extra judiciais.
- b) - Convocar e presidir as reuniões de Diretoria e da Assembléia Geral.
- c) - Assinar, juntamente com o Tesoureiro, os convênios celebrados pela Associação.
- d) - Assinar, juntamente com o Tesoureiro, as contas e cheques da Associação.
- e) - Resolver, "ad-referendum" da Diretoria, os casos omissos, submetendo-os a esta na primeira reunião.
- f) - Assinar, juntamente com o Secretário, as atas aprovadas pela Diretoria.

Art. 15º - Compete ao Vice-Presidente:

Auxiliar o Presidente e substituí-lo em seus impedimentos, e participar das reuniões de Diretoria.

Art. 16º - Compete ao 1º Secretário:

- a) - Organizar e dirigir a Secretaria.
- b) - Assinar, juntamente com o Presidente, a correspondência - oficial da Associação.
- c) - Participar das reuniões da Diretoria.

Art. 17º - Compete ao 2º Secretário:

Auxiliar o 1º Secretário e substituí-lo em seus impedi-

*Handwritten signatures and initials:*  
 [Signature] [Signature] [Signature] [Signature] [Signature] [Signature]

- 6 -

mentos e participar das reuniões da Diretoria. 06/08

Art. 18º - Compete ao 1º Tesoureiro:

- a) - Organizar a Tesouraria.
- b) - Manter em dia os registros financeiro e contábil da Associação, submetendo-os à Diretoria, quando solicitados.
- c) - Assinar, juntamente com o Presidente, todas as contas e encargos da Associação.
- d) - Assinar, juntamente com o Presidente, os cheques para pagamento das despesas da Associação.
- e) - Manter conta bancária e só através dela executar o orçamento da Associação.
- f) - Assinar, juntamente com o Presidente, os convênios celebrados pela Associação.
- g) - Participar das reuniões de Diretoria.

Art. 19º - Compete ao 2º Tesoureiro:

Auxiliar o 1º Tesoureiro, substituí-lo em seus impedimentos e participar das reuniões de Diretoria.

Art. 20º - Compete ao Delegado Geral:

Assessorar a Diretoria e participar de suas reuniões.

Art. 21º - Compete ao Delegado Adjunto:

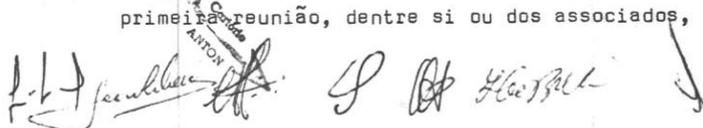
Auxiliar o Delegado Geral, substituí-lo em seus impedimentos e participar das reuniões de Diretoria.

#### Capítulo IV

##### DO CONSELHO DELIBERATIVO

Art. 22º - O Conselho Deliberativo será composto de:

- a) - Um membro eleito pela Diretoria.
- b) - Um membro indicado pelo Reitor da UFPel.
- c) - Um membro eleito pelos associados docentes da UFPel, dentre seus pares.
- d) - Um membro eleito pelos associados funcionários da UFPel, dentre seus pares.
- e) - Os membros do Conselho Deliberativo serão eleitos e indicados nos anos pares, sendo seus mandatos de agosto a julho dos anos em que se realizam eleições para tal fim.
- f) - Os membros do Conselho Deliberativo elegerão em sua primeira reunião, dentre si ou dos associados, um

ANTONIO  


- 7 -

07/10

presidente, a quem ceberá sempre o voto de minerva e a direção dos Trabalhos do Conselho.

Art. 239 - Compete ao Conselho Deliberativo:

- a) - Apreciar e encaminhar anualmente à Assembléia Geral, os relatórios e balancetes a ele apresentados pela Diretoria.
- b) - Apreciar as solicitações de apêlo dos associados de decisões da Diretoria, cabendo-lhe torná-las sem valor, se assim julgar de justiça.
- c) - Acolher e apreciar as denúncias a ele feitas de atos que possam desabonar a "ASUFPEL", determinando as medidas a serem tomadas para coibir ou punir os autores de tais atos.
- d) - Organizar, realizar e apurar os resultados de eleições para membros da Diretoria, nos meses de abril dos anos ímpares.
- e) - Apreciar as indicações dos Delegados Geral e Adjunto a ele apresentados, cabendo-lhe vetar os nomes que não julgar convenientes.
- f) - Acolher as chapas concorrentes para cargos de Diretoria, verificando se todos são elegíveis e referendando a sua inscrição.
- g) - Apreciar e referendar os valores propostos pela Diretoria para jória e mensalidades, cada vez que se processem alterações gerais de salário na UFPel.
- h) - Apreciar e referendar a proposta orçamentária apresentada pela Diretoria.
- i) - Resolver, em segunda instância, os casos omissos.
- j) - Decretar, pela unanimidade de seus membros, o impedimento da Diretoria, convocar Assembléia Geral para sua destituição e nova eleição no prazo de quinze (15) dias. Responder pela Associação durante os quinze (15) dias de duração do impedimento.
- l) - Decretar o impedimento e destituição, juntamente com a Diretoria e por unanimidade dos demais membros, de um integrante desta ou do próprio Conselho Deliberativo.
- m) - Eleger, junto com os demais membros da Diretoria, aqueles que completarão os mandatos dos eventuais destituídos.
- n) - Convocar a Assembléia Geral por decisão da maioria absoluta de seus membros.

A series of handwritten signatures and stamps are located at the bottom of the page. On the left, there is a signature that appears to be 'F. L. J. ...'. In the center, there is a circular stamp with the text 'Associação' and 'ASUFPEL' visible. To the right of the stamp, there are several more signatures, including one that looks like 'Ker ...'.

- 8 -

- o) - Convocar e ouvir quaisquer associados <sup>05/03</sup> que julguem necessário ao bom desempenho de suas funções.
- p) - Apreciar a administração da Diretoria colaborando com esta para que seja atingido os objetivos a que se propõe a Associação.
- q) - Credenciar técnicos para auxiliar nas suas tarefas de fiscalização.

Capítulo V

DA ASSEMBLÉIA GERAL

- Art. 24º - A Assembléia Geral se reunirá anualmente em julho, na forma do Estatuto e extraordinariamente a qualquer tempo:
- a) Por convocação da Diretoria.
- b) Por convocação do Conselho Deliberativo.
- c) Por requerimento de um terço (1/3) dos associados.
- Art. 25º - A convocação da Assembléia Geral se dará com antecedência mínima de trinta (30) horas, em edital publicado na imprensa e onde deverá constar a proposta ordem do dia, local, data e hora de realização da 1ª, 2ª e última chamada.
- Art. 26º - A Assembléia Geral se constitui em 1ª chamada pela presença de dois terços (2/3) dos membros da Associação, em 2ª chamada, trinta (30) minutos após a primeira e com a presença da metade de seus associados e, em última chamada, trinta (30) minutos após a 2ª, com qualquer número.
- Art. 27º - A Assembléia Geral aprovou seu Regimento Geral e elegerá seu Secretário.
- Art. 28º - A Assembléia Geral Ordinária será realizada no mês de julho de cada ano:
- a) Nos anos ímpares para apreciação dos relatórios da Diretoria, homologação de eleições e posse dos membros eleitos da nova Diretoria.
- b) Nos anos pares para homologação e posse dos membros do Conselho Deliberativo eleitos e dos indicados pelo Reitor e pela Diretoria.
- Art. 29º - A Assembléia Geral é soberana em seus atos e decisões, a ela cabendo a modificação do presente Estatuto, no seu



DAS DISPOSIÇÕES GERAIS E TRANSITÓRIAS 1000

- Art. 39º - Considera-se como 1ª Diretoria da Associação dos Servidores da Universidade Federal de Pelotas ("ASUFPEL") a eleita na Assembléia Geral de 31.07.1979, sendo seu mandato até julho de 1981.
- Art. 40º - O primeiro Conselho Deliberativo, deverá ser eleito até 45 dias após a aprovação do presente Estatuto.
- Art. 41º - Não se aplica a restrição do artigo 6º, letra "b", nas eleições realizadas antes de julho de 1980.
- Art. 42º - Os sócios não respondem subsidiariamente pelas obrigações da Associação.
- Art. 43º - A "ASSOCIAÇÃO DOS SERVIDORES DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS" (ASUFPEL) será considerada extinta, quando o número de sócios for inferior a dez (10), ou por meio de Assembléia Geral.
- Art. 44º - Dissolvida ou extinta a Associação, todos os seus bens, descontado o passivo, passarão a pertencer a outra Sociedade de caráter ASSISTENCIAL existente na cidade de Pelotas, a juízo dos sócios remanescentes.
- Art. 45º - O patrimônio da "ASUFPEL" será constituído por todos os bens móveis e imóveis, adquiridos pela Associação.
  - § 1º - A venda ou alienação de bens imóveis da "ASUFPEL" só poderão ser realizadas, após aprovação de Assembléia Geral, especialmente convocada para esse fim específico.
  - § 2º - A venda ou alienação de outros bens do patrimônio da ASUFPEL só serão feitas quando aprovadas pela unanimidade dos membros da Diretoria e do Conselho Deliberativo em sessão conjunta.
- Art. 46º - O presente estatuto revoga os anteriores.

TABELIONATO  
 1ª - Táb. Pádua Passos  
 ES - 10000-0000-0000  
 76 - 10000-0000-0000

TABELIONATO  
 PELOTAS - RS  
 Eugenio Antonio Anton  
 TABELIÃO  
 Gláucia Souza Barbosa  
 TABELIÃO AUTÔNOMO

Assinado em: 22 de Maio de 1980  
 por semelhança com a assinatura no arquivado  
 deste Cartório, do qual  
 Em testemunho de da Verdade  
 Pelotas,  
 TABELIÃO - ESQ. AUT.

ANTON *[Signature]*  
 Prof. Ubirajara Fernando Galli  
 Presidente -  
 Sidney Francone Bilhalva  
 Vice-Presidente  
 João Carlos Prinzler Louzada  
 Secretário

continua..

Ofício dos registros especiais  
 Doc. apresentado para registro.  
 Apontado sob n.º 11901  
 A fs. 421 do livro "A-2"  
 Pelotas, 30/10/80

JOSÉ ALBERTO DA ROCHA-BRITO  
 Oficial dos Registros Especiais

CERTIFICO que a presente é cópia fiel do original arquivado neste Ofício e registrado sob n.º 280, a fs. 424 do Livro "A-2" do RCPJ. Dou fé. Pelotas, 30-10-80.

JOSÉ ALBERTO DA ROCHA-BRITO  
 Oficial dos Registros Especiais

Arrebado, à margem do registro nº 458, à fs. 289 do livro "A-3". O referido é verdadeiro e dou fé. Pelotas, 30-10-80.

JOSÉ ALBERTO DA ROCHA-BRITO  
 Oficial dos Registros Especiais

Arrebado, à margem do registro nº 289, à fs. 0071 do livro "A-2". O referido é verdadeiro e dou fé. Pelotas, 30-10-80.

JOSÉ ALBERTO DA ROCHA-BRITO  
 Oficial dos Registros Especiais

*Leon Carlos Schwonke Ribeiro*  
 Leon Carlos Schwonke Ribeiro  
 2º Secretário

*Holetto Barboza Martins*  
 Holetto Barboza Martins  
 Tesoureiro

*Oswaldo Alves Martins*  
 Oswaldo Alves Martins  
 2º Tesoureiro

*Querino Felix Rajão*  
 Querino Felix Rajão  
 Delegado

*J. L. Castro*  
*[Signature]*





**Sindicato dos Servidores Federais em Educação  
de Pelotas e Capão do Leão**

Fundado em 31 de Julho de 1979 – CNPJ 89.878.284/0001-27  
Rua 15 de Novembro, 262 – CEP: 96015-000 – Pelotas - RS  
Fone: (053) 32786116 – Fax: (053) 32786055  
e-mail: asufpel@gmail.com

Filiada à FASUBRA e a CUT

ROCHA BRITO  
ASSOCIADO ADMINISTRATIVO  
REGISTRO EM DAS PROFISSIONAIS  
DE CONTABILIDADE  
CNPJ Nº 08.040.888/0001-00  
- 00214700

Art. 9º - As faltas serão consideradas escusáveis, leves ou graves, conforme a natureza do ato e as circunstâncias de cada caso.

Art. 10º - As penalidades atribuídas neste estatuto se constituem em:

- a) advertência, por faltas escusáveis;
- b) suspensão, por faltas leves, não podendo o punido usufruir qualquer benefício durante esse período, exceto os direitos sindicais;
- c) exclusão do quadro social, por faltas graves.

§ 1º A penalidade de suspensão, quando aplicada pela Coordenação, não poderá exceder a 60 dias.

§ 2º As penas de suspensão superior a 60 dias e de exclusão, somente poderão ser aplicadas pelo Conselho de Delegados, cabendo recurso à Assembléia Geral no prazo máximo de 30 dias, a contar do dia do recebimento da comunicação, ficando sob responsabilidade da Coordenação a convocação da Assembléia Geral.

Art. 11º - O associado que deixar de cumprir as obrigações financeiras contralidas com o sindicato fica automaticamente impedido de gozar os direitos e vantagens especiais previstos no art. 6º deste estatuto, salvo os direitos fixados nas suas alíneas "b", "c" e "d".

Parágrafo Único - No caso de assembleias gerais estatutárias, previstas na alínea "b" do artigo 6º, o associado inadimplente não poderá votar e ser votado.

Art. 12º - O associado excluído da entidade poderá ser reintegrado, após um ano da exclusão, devendo a solicitação de reintegração ser aprovada pelo Conselho de Delegados, cabendo recurso à Assembléia Geral.

**TÍTULO IV - DA ADMINISTRAÇÃO E ESTRUTURAÇÃO DO SINDICATO**

Art. 13º - São órgãos do sindicato:

- a) Assembléia Geral;
- b) Conselho de Delegados;
- c) Coordenação;
- d) Conselho Fiscal.

**CAPÍTULO I - DA ASSEMBLÉIA GERAL**

Art. 14º - A Assembléia Geral é o órgão máximo e soberano do sindicato, respeitadas as disposições deste estatuto.

§ 1º Poderão participar das Assembleias Gerais todos os trabalhadores da categoria, nos termos deste estatuto, exceto quando se tratarem de assembleias eleitorais, de aprovação de contas, destinação e oneração do patrimônio, de destituição de administradores, de alteração de estatutos e dissolução da entidade.

§ 2º Excepcionalmente, por iniciativa do Conselho de Delegados ou da própria Assembléia Geral, esta poderá ser convertida em assembleia permanente, até o esgotamento da pauta para a qual foi convocada.

§ 3º No caso do parágrafo anterior, as deliberações da assembleia permanente serão tomadas mediante voto secreto, universal e direto com a participação dos associados em condições de votar, de acordo com o estabelecido neste estatuto.

Art. 15º - Consideram-se assembleias gerais ordinárias, as assembleias Gerais de prestação de contas e de apreciação do relatório de atividades da Coordenação do sindicato.

*[Handwritten signature]*

*[Handwritten signature]*





**Sindicato dos Servidores Federais em Educação  
de Pelotas e Capão do Leão**

Fundado em 31 de Julho de 1979 – CNPJ 89.878.284/0001-27  
Rua 15 de Novembro, 262 – CEP: 96015-000 – Pelotas - RS  
Fone: (053) 32786116 – Fax: (053) 32786055  
e-mail: asufpel@gmail.com

Filiada à FASUBRA e a CUT

RUCMAS BRITTO  
 Membro do Conselho das Pessoas Jurídicas  
 inscrita em 15/08/2010  
 55460000  
 - 0026

Art. 20º - São atribuições do Conselho de Delegados:

- a) cumprir e fazer cumprir este estatuto;
- b) encaminhar e fazer encaminhar as decisões da Assembléia Geral;
- c) dar posse aos membros eleitos da Coordenação, do Conselho Fiscal e do próximo Conselho de Delegados.
- d) convocar, na forma do estatuto, Assembléia Geral, quando a Coordenação não o fizer;
- e) encaminhar à Assembléia Geral a proposta de extinção do sindicato, conforme previsto neste estatuto;
- f) decidir, em primeira instância, por propostas da Coordenação ou do próprio Conselho de Delegados sobre penalidade a associados;
- g) encaminhar à Assembléia Geral os pedidos de cassação de mandato;
- h) responder a consulta da Coordenação;
- i) apresentar à Coordenação sugestões para melhor encaminhamento das tarefas;
- j) propor à Assembléia Geral alterações deste estatuto;
- k) convocar a Coordenação e o Conselho Fiscal sempre que julgar necessário;
- l) eleger, entre os seus membros, uma Coordenação do Conselho de Delegados e dar-lhe posse;
- m) nomear comissões de trabalho;
- n) opinar sobre a aquisição, alienação locação e construção de imóveis;
- o) opinar sobre a organização administrativa do sindicato;
- p) apreciar os convênios propostos pela Coordenação;
- q) apreciar os recursos interpostos contra atos da Coordenação e tomando as decisões exigidas em cada caso;
- r) deliberar em primeira instância sobre eventuais impedimentos de membros da Coordenação, submetendo a decisão no prazo máximo de quinze dias à consideração da Assembléia Geral;
- s) convocar e realizar, em conjunto com a Coordenação, o Congresso do sindicato;
- t) instituir normas para eleição dos membros dos Conselhos de Delegados e do Conselho Fiscal.

Art. 21º - O Conselho de Delegados é um órgão aberto a todo o associado que dele quiser participar, com direito a voz.

§ 1º O Conselho e Delegados reunir-se-á em sessão ordinária no mínimo uma vez:

- a) até o final da primeira quinzena do mês de abril, a cada dois anos, para tratar da eleição da Coordenação;
- b) no final do mês subsequente ao da eleição, a cada dois anos, para dar posse a Coordenação;
- c) até ao final do mês subsequente ao da eleição, a cada dois anos, para dar posse ao Conselho Fiscal;
- d) até o final do mês subsequente da eleição, a cada dois anos para dar posse ao Conselho de Delegados;
- e) até o final da primeira quinzena de cada ano para apreciação das contas a serem aprovadas pela Assembléia Geral.

§ 2º As reuniões ordinárias do Conselho de Delegados serão realizadas com maioria simples de seus membros em primeira chamada e com qualquer número em segunda chamada, trinta minutos após.

*[Handwritten signatures and initials]*



**Sindicato dos Servidores Federais em Educação  
de Pelotas e Capão do Leão**

Fundado em 31 de Julho de 1979 – CNPJ 89.878.284/0001-27  
Rua 15 de Novembro, 262 – CEP: 96015-000 – Pelotas - RS  
Fone: (053) 32786116 – Fax: (053) 32786055  
e-mail: [asufpel@gmail.com](mailto:asufpel@gmail.com)

Filiada à FASUBRA e a CUT

ROCHA BRITO  
SINDICATO DOS SERVIDORES FEDERAIS EM EDUCAÇÃO DE PELOTAS E CAPÃO DO LEÃO  
RUA 15 DE NOVEMBRO, 262 - PELOTAS - RS  
FONE: (053) 32786116 - FAX: (053) 32786055  
E-MAIL: ASUFPEL@GMAIL.COM

Art. 22º - O Conselho de Delegados se reunirá extraordinariamente, em qualquer ocasião, para tratar de assuntos de sua competência não prevista para as sessões ordinárias.

§ 1º A Convocação do Conselho de Delegados para as reuniões extraordinárias poderá ser feita pela Coordenação do Conselho, por maioria dos representantes efetivos, pela Coordenação do sindicato ou por mais de 50 associados.

§ 2º O Conselho de delegados extraordinariamente só poderá se reunir em primeira convocação com a metade mais um de seus membros e em segunda convocação meia hora depois, com qualquer número.

Art. 23º - As decisões do Conselho de Delegados serão tomadas por maioria simples de votos, e com a presença de, no mínimo 1/3 (um terço) da totalidade de seus membros.

Art. 24º - A Coordenação do Conselho de Delegados será composta por três delegados do conselho.

Art. 25º - Compete a Coordenação do Conselho de Delegados:

- convocar e Coordenar as reuniões do Conselho e manter suas atas e registro; e,
- presidir as Assembléias Gerais que forem convocadas pelo Conselho de Delegados, conforme previsto neste estatuto.

**CAPÍTULO III - DA COORDENAÇÃO**

Art. 26º - A Coordenação é a instância destinada a gerir as atividades do sindicato, e será composta por dezesseis membros e constituída pelos seguintes setores:

- Coordenação Geral;
- Coordenação Administrativa e Financeira;
- Coordenação de Formação Política e Sindical;
- Coordenação de Divulgação e Imprensa;
- Coordenação de Cultura, Esporte e Lazer;
- Coordenação Jurídica e Patrimonial;
- Coordenação de Assuntos de Aposentadoria.

Art. 27º - Compete à Coordenação:

- cumprir e fazer cumprir o disposto no Estatuto;
- informar aos trabalhadores no âmbito da representação sobre as atividades do sindicato;
- reunir-se em sessão ordinária uma vez por semana, e extraordinariamente sempre que a Coordenação Geral ou a maioria dos seus membros convocar;
- apresentar, juntamente com o Conselho Fiscal, a prestação de contas anual e submetê-la a apreciação do Conselho de Delegados;
- determinar abertura de inquérito sempre que necessário, para apuração de responsabilidades;
- encaminhar para Assembléia Geral a necessidade de aquisição, locação de imóveis e execução de serviços de obras;
- convocar e realizar, em conjunto com o Conselho de Delegados, o Congresso do sindicato.

Art. 28º - A Coordenação Geral será integrada por três membros e terá a competência de:

- representar ativa e passivamente, judicial ou extrajudicialmente, em conjunto ou isoladamente a Coordenação onde se fizer necessário;
- convocar e coordenar reuniões da Coordenação e Assembléias Gerais;
- assinar as atas das reuniões da Coordenação, os relatórios e todos os documentos onde sua assinatura se fizer necessária;

*[Handwritten signature]*

*[Handwritten signature]*  
04/05/2014



**Sindicato dos Servidores Federais em Educação  
de Pelotas e Capão do Leão**

Fundado em 31 de Julho de 1979 – CNPJ 89.878.284/0001-27  
Rua 15 de Novembro, 262 – CEP: 96015-000 – Pelotas - RS  
Fone: (053) 32786116 – Fax: (053) 32786055  
e-mail: [asufpel@gmail.com](mailto:asufpel@gmail.com)

Filiada à FASUBRA e a CUT

ROCHA BRITO  
MINISTRO CIVIL DAS PESSOAS  
5348  
- 0028

- d) a Coordenação Geral poderá ordenar despesas e assinar junto com membros da Coordenação Administrativa e Financeira, cheques e visar contas a pagar;
- e) encaminhar e fazer cumprir as decisões da Coordenação.
- Art. 29º - A Coordenação Administrativa e Financeira será integrada por três membros e terá a competência de:
- coordenar, dirigir, executar e fiscalizar os trabalhos de finanças e administrativos do sindicato;
  - ter sob sua guarda, fiscalização e controle, os arquivos da área administrativa e financeira;
  - coordenar as rotinas administrativas e de pessoal;
  - manter sob sua guarda, fiscalização e responsabilidade os valores da entidade;
  - ter sob sua guarda, fiscalização e responsabilidade cópias dos contratos e convênios;
  - assinar os cheques e efetuar os pagamentos e recebimentos autorizados;
  - apresentar bimestralmente ao Conselho Fiscal, balancete mensal e um balanço anual;
  - rubricar, com um dos integrantes da Coordenação Geral os documentos de tesouraria gerados pela Coordenação;
  - proporcionar à Coordenação, os elementos necessários à elaboração de planejamentos financeiros.
- Art. 30º - A Coordenação de Formação Política e Sindical será integrada por dois membros e terá competência de:
- desenvolver a política geral de formação política e sindical;
  - promover cursos na área de política sindical com o objetivo de formação integral dos associados.
- Art. 31º - A Coordenação de Divulgação e Imprensa será integrada por dois membros e terá a competência de:
- implementar a política de comunicação junto à categoria e demais entidades;
  - implementar a divulgação de notícias do sindicato;
  - estabelecer e organizar a comunicação com os órgãos de imprensa em geral.
- Art. 32º - A Coordenação de Cultura, Esporte e Lazer será integrada por dois membros e terá competência de:
- implementar a política geral de desenvolvimento cultural e esportivo;
  - promover a integração sócio-cultural dos associados;
  - organizar o acervo cultural e o arquivo dos registros históricos das lutas da categoria.
- Art. 33º - A Coordenação Jurídica e Patrimonial será composta por dois membros e terá a competência de:
- manter arquivo e sistemática de informações sobre os processos judiciais dos associados;
  - orientar os associados nas questões judiciais, dando encaminhamentos necessários para a consecução dos processos individuais e coletivos;
  - manter arquivo, sistemática de informação e de administração do patrimônio do sindicato, nos termos do estatuto.
- Art. 34º - A Coordenação de Assuntos de Aposentadoria será composta por dois membros e terá a competência de:
- manter atualizado o cadastro dos associados aposentados e dos associados pensionistas;
- orientar todos os associados sobre os direitos de aposentadoria;

*[Handwritten signature]*

*[Handwritten signature]*  
20/05/19 23:44



**Sindicato dos Servidores Federais em Educação  
de Pelotas e Capão do Leão**

Fundado em 31 de Julho de 1979 – CNPJ 89.878.284/0001-27  
Rua 15 de Novembro, 262 – CEP: 96015-000 – Pelotas - RS  
Fone: (053) 32786116 – Fax: (053) 32786055  
e-mail: asufpel@gmail.com

Filiada à FASUBRA e a CUT

ROCHA BRITO  
 REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS JURÍDICAS  
 Nº 5546  
 - 0029

propor políticas e desenvolver atividades que integrem os aposentados e pensionistas nas atividades e lutas da categoria;

**CAPÍTULO IV - DO CONSELHO FISCAL**

Art. 35º - O Conselho Fiscal será composto por três membros efetivos e três suplentes, eleitos pelo voto direto, universal e secreto dos associados, no exercício de seus direitos.

Art. 36º - Ao Conselho Fiscal compete:

- a) examinar trimestralmente os balancetes mensais, bem como os balanços anuais, apresentados pela Coordenação, no prazo estipulado pela plenária sobre os quais deverá emitir seu parecer;
- b) emitir parecer sobre assuntos de natureza econômico-financeira por solicitação da Coordenação, do Conselho de Delegados e da Assembléia Geral.

**TÍTULO V - DO CONGRESSO DO SINDICATO**

Art. 37º - O Congresso se constitui em instância política do sindicato, sendo sua atribuição:

o debate e formulação de políticas gerais para a Entidade;  
a elaboração de propostas de alteração do presente Estatuto.

§ 1º - O Congresso do sindicato ocorrerá a cada 2 (dois) anos, mediante convocação e realização conjunta do Conselho de Delegados e da Coordenação;

§ 2º - Mediante acordo entre o Conselho de Delegados e a Coordenação ou por deliberação da Assembléia Geral, poderá haver, a qualquer tempo, convocação de Congresso extraordinário.

§ 3º As proposições aprovadas no Congresso serão validadas mediante referendo da Assembléia Geral.

**TÍTULO VI - DAS ELEIÇÕES E MANDATOS**

Art. 38º - Todas as eleições no sindicato serão realizadas por voto universal, direto e secreto, podendo exercê-lo todo o associado no exercício de seu direito.

§ 1º São considerados associados em condições de votar aqueles que na data das eleições estejam em dia com suas obrigações junto ao sindicato e tenham seu pedido de associação aprovado com antecedência de ao menos noventa dias de qualquer pleito.

§ 2º As eleições para o Conselho de Delegados e Conselho Fiscal serão realizadas no mês de junho dos anos pares e os eleitos serão empossados no mês subsequente, cabendo à Coordenação da entidade a convocação e organização do pleito.

§ 3º As eleições para a Coordenação do sindicato serão realizadas no mês de junho dos anos ímpares e os eleitos serão empossados no mês subsequente.

§ 4º Havendo um fato superveniente imprevisto, as eleições poderão ser adiadas por um prazo máximo de três meses, mediante concordância do Conselho de Delegados, não importando o adiamento em alteração das datas de eleições e posses subsequentes, previstas neste artigo.

Art. 39º - A Coordenação do sindicato será eleita por um mandato de dois anos, em voto secreto, universal e direto com a participação de todos os associados em condições de votar, de acordo com o estabelecido neste estatuto.

§ 1º Será considerada eleita a chapa que obtiver maior número de votos válidos.

§ 2º Serão considerados votos válidos apenas aqueles atribuídos a qualquer uma das chapas concorrentes.

Art. 40º - O mandato da chapa eleita será de dois anos, exceto nos casos excepcionais, previstos no parágrafo 4º, do artigo 38º deste estatuto.

*[Handwritten signature]*

*[Handwritten signature]*  
6 de maio de 2004



**Sindicato dos Servidores Federais em Educação  
de Pelotas e Capão do Leão**

Fundado em 31 de Julho de 1979 – CNPJ 89.878.284/0001-27  
Rua 15 de Novembro, 262 – CEP: 96015-000 – Pelotas - RS  
Fone: (053) 32786116 – Fax: (053) 32786055  
e-mail: asufpel@gmail.com

Filiada à FASUBRA e a CUT

REGIÃO BRITA  
ASSOCIAÇÃO DE SERVIDORES  
REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS JURÍDICAS  
NOME: 554680004  
0030

Art. 41º - O processo eleitoral será aberto por junta composta por dez membros, sendo cinco titulares e cinco suplentes, cabendo a iniciativa ao Conselho de Delegados.

Parágrafo único. Os membros da junta eleitoral serão nomeados pelo Conselho de Delegados.

Art. 42º - A junta eleitoral editará as normas regimentais que disciplinem o processo de eleição.

Art. 43º - O edital de convocação deverá ser publicado com trinta dias de antecedência do pleito, pelo presidente da junta, devendo no mesmo constar locais, dia e hora da realização da eleição.

§ 1º É vedada a inscrição de um mesmo candidato para mais de um cargo ou chapa;

§ 2º As chapas deverão ser inscritas até quinze dias antes do pleito, através de requerimento dirigido à junta eleitoral e assinado por todos os seus componentes.

§ 3º Não será permitido voto por procuração.

Art. 44º - Nenhum cargo eletivo da Coordenação será remunerado, sendo vedada também a acumulação de cargos no âmbito da Entidade.

Art. 45º - Os membros do Conselho de Delegados que concorrerem à Coordenação deverão licenciar-se de seus cargos no Conselho, no período que vai da inscrição de chapas até a eleição, perdendo seus mandatos no Conselho de Delegados, se eleitos, assumindo o suplente.

Art. 46º - No âmbito do sindicato, todos os mandatos de cargos eletivos são passíveis de destituição, ante falta grave comprovada, cabendo recurso à Assembléia Geral e, ainda, perderá o mandato:

- o associado que se desligar do quadro de servidores da base representada pelo sindicato;
- o associado que se afastar por período superior a seis meses, exceto em licença de saúde concedida pelo órgão de lotação;
- o delegado sindical que for removido do colégio eleitoral que o elegeu.
- o associado que for formalmente notificado de estar em débito com as suas obrigações financeiras para com o sindicato e não regularizar sua situação no prazo máximo de 30 (trinta) dias, contados da data do recebimento da notificação.

Art. 47º - As renúncias deverão ser encaminhadas por escrito à instância de que o associado fizer parte, com cópia para as demais instâncias, e as substituições serão feitas pelos respectivos suplentes.

Parágrafo Único – Quando a vacância ocorrer na Coordenação, esta poderá optar por suprir os cargos vagos, submetendo a escolha dos coordenadores substitutos à homologação da Assembléia Geral.

**TÍTULO VII - DO PATRIMÔNIO E SUA ADMINISTRAÇÃO**

Art. 48º - O patrimônio do sindicato é formado por todos os bens, direitos e obrigações que possuir originários ou não da anterior Associação dos Servidores da Universidade Federal de Pelotas:

- imóveis;
- móveis, utensílios e equipamentos;
- depósitos bancários e numerários em caixa;
- títulos e valores em geral.

Art. 49º - A administração do patrimônio do sindicato se processará pelas formas e condições estabelecidas no presente Estatuto.

*[Handwritten signature]*

*[Handwritten signature]*  
DAS Nº 73244



**Sindicato dos Servidores Federais em Educação**

**de Pelotas e Capão do Leão**

Fundado em 31 de Julho de 1979 – CNPJ 89.878.284/0001-27

Rua 15 de Novembro, 262 – CEP: 96015-000 – Pelotas - RS

Fone: (053) 32786116 – Fax: (053) 32786055

e-mail: asufpel@gmail.com

Eliada à FASUBRA e a CUT

**TÍTULO VIII - DAS RECEITAS E DESPESAS**

Art. 50º - Constituem as receitas do sindicato:

- contribuição dos associados;
- produtos de campanhas financeiras promovidas pela Coordenação;
- receitas extraordinárias;
- rendas de atividades de seu patrimônio;
- donativos, auxílios e subvenções de qualquer natureza.

Art. 51º - Constituem-se em despesas, dentre outras estabelecidas pelas instâncias do sindicato:

- folha de pagamento;
- despesas de manutenção;
- custeio de atividades sindicais com recursos oriundos das mensalidades, através de fundos instituídos, em percentual não inferior a dez por cento dos citados recursos.

**TÍTULO IX - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS E AUTOMÁTICAS**

Art. 52º - O sindicato não distribuirá dividendos aos associados, mantenedores ou portadores de cargos eletivos, sob nenhuma forma.

Art. 53º - Os associados e associados especiais não respondem pelas obrigações do sindicato.

Art. 54º - O presente estatuto somente poderá ser alterado, no todo ou em parte, por deliberação de 2/3 (dois terços) dos presentes à Assembléia Geral convocada com ao menos 10 (dez) dias de antecedência, por edital publicado em jornal de grande circulação diária na base territorial e especialmente para tal finalidade, devendo contar com a participação da maioria absoluta dos associados em primeira convocação, e qualquer quorum nas seguintes.

Art. 55º - A dissolução do sindicato somente poderá ser aprovada por deliberação de dois terços dos associados presentes em Assembléia Geral convocada especialmente para tal finalidade.

Parágrafo único. A Assembléia Geral que deliberar pela dissolução deliberará, também, sobre o destino do seu patrimônio.

Art. 56º - Os casos omissos neste estatuto serão definidos pelas instâncias de deliberação do sindicato.

Art. 57º - O presente estatuto revoga as disposições anteriormente sob a denominação de Associação dos Servidores da Universidade Federal de Pelotas (ASUFPEL Sindicato) e registrados respectivamente sob nº 981 a fls. 104/v do Livro A-3 em 25/05/1987, sob nº 1041 a fls. 98v/99 do Livro A-3 em 18/01/1988 e sob nº 1201 a fls. 154v/155 do Livro A-3 em 29/05/1989, sob o nº 3633 a folhas 58 vº/59 do Livro A-10 em 21/07/2005 e sob o nº 4775 as fls. 228 do Livro A-23 em data de 29/07/2009, no Registro Civil de Pessoas Jurídicas em Rocha Brito Serviço Notarial e Registral.

Coordenação Geral:

João Paulo Voltan Adamoli – CPF 336.644.190/87

Sérgio Batista Christino – CPF 205.405.820/34

Edlane Sievers Acunha – CPF 723.930.250/49

ROCHA BRITO  
SERVIÇO NOTARIAL E REGISTRAL  
REGISTRO CIVIL DE PESSOAS JURÍDICAS  
RUA N. 554 - CENTRO  
- 0031

106  
23/07/2011

## Anexo 5 - Relatório de atividades

### RELATÓRIO DE ATIVIDADES - 1983

A ASUFPEL - Associação dos Servidores da Universidade Federal de Pelotas, com sede à rua Princesa Isabel nº 256, em Pelotas - RS, possui atualmente um número aproximado de 1.100 associados, dentre funcionários administrativos e docentes da UFPEL.

#### OBJETIVOS:

Estatutariamente, estes são os principais objetivos da Associação:

- Assistência Médica
- Assistência Farmacêutica
- Assistência Odontológica
- Assistência Hospitalar
- Assistência Jurídica
- Assistência Habitacional
- Outras atividades assistenciais preventivas e de beladores de endemias, etc.
- Estabelecer e desenvolver entre seus associados toda sorte de esportes, visando o aprimoramento moral, físico e social dos mesmos, promovendo e estimulando: competições esportivas, práticas atléticas, reuniões sociais e conferindo prêmios e troféus aos vencedores das competições que promover.

#### BENEFÍCIOS PRESTADOS:

CONVÊNIOS - Ao longo do ano de 1983, a ASUFPEL manteve a disposição de seu quadro social, aproximadamente 80 convênios com casas comerciais da cidade, para compras com pagamento em trinta dias. Através da utilização do sistema de cheques-bônus, 80% dos associados utilizaram os convênios oferecidos pela Associação, per-

fls. 02

fazendo em média, um movimento mensal de compras nunca inferior a Cr\$ 40.000.000,00 (quarenta milhões de cruzeiros).

ASSISTÊNCIA MÉDICA E HOSPITALAR - Através de convênio com a UNIMED Sociedade Cooperativa de Serviços Médicos Ltda. de Pelotas e de outros firmados com os próprios profissionais, ofereceu ampla assistência aos associados, na área médica e hospitalar, com custos reduzidos, pelos descontos e preços especiais contratados.

ASSISTÊNCIA ODONTOLÓGICA - Afora projeto em andamento para instalação de gabinetes odontológicos em dependências de sua sede social, a ASUFPEL através de convênios com renomados profissionais, ofereceu eficiente assistência odontológica ao seu quadro social.

ASSISTÊNCIA FARMACEUTICA - Com os convênios mantidos com cinco grandes farmácias da cidade, pelo sistema de cheques-bônus, a Associação facilitou a aquisição de medicamentos a um considerável número de associados, bem como a seus dependentes.

TRANSPORTE - Em 1983, assinou contrato com a Empresa Santa Bárbara de Transportes, proporcionando ao seu quadro social, a preço reduzido, transporte direto ao Campus Universitário, localizado fora da cidade, com saídas em diferentes horários e itinerários, que atingem todos os principais bairros da cidade.

ESPORTE E LAZER - Promoveu, em 1983, diversas competições esportivas. Em outubro, comemorativo ao "Dia do Funcionário Público", promoveu e patrocinou o tradicional Campeonato de Futebol de Salão Inter-Servidores, que contou com a participação de vinte equipes formadas por funcionários administrativos e professores da UFPEL, em total integração. Promoveu também o 1º Campeonato Misto de Volei que teve a participação de dezoito equipes.

fls. 03

Instalou a sua sede social esportiva, com vistas ao laser dos associados. Possui jogos de ping-pong, pebolim, xadrez, botão, mini-snooker, etc.

EMPRÉSTIMOS FINANCEIROS - Pelos convênios mantidos com entidades financeiras, com o aval da própria Associação, proporcionou empréstimos e financiamentos à aproximadamente, 100 associados. Com seus próprios recursos, forneceu empréstimos a 220 associados, num total de Cr\$ 4.400.000,00 (quatro milhões e quatrocentos mil cruzeiros) para desconto em três vezes e com juros quase que meramente simbólicos.

## Anexo 6 - Termo de posse de diretoria

Associação dos Servidores da Universidade Federal de Pelotas  
 Fundada em 31 de Julho de 1979  
 CGC n.º 89.875.251/0001-25  
 Rua Princesa Isabel, 256 — Fones 25-1473 e 25-1811  
 CEP 96100 - PELOTAS - RS

11736

### TÉRMO DE POSSE DE DIRETORIA

Aos trinta e um dias do mes de julho do ano de mil novecentos e oitenta e sete (1.987), às 21 (vinte e uma horas), tendo por local o C.T.G. "Os Carreteiros", no Campus da Universidade Federal de Pelotas, reúne-se o CONSELHO DE REPRESENTANTES da Associação dos Servidores da Universidade Federal de Pelotas - ASUFPEL, para dar posse à Nova Diretoria da entidade, eleita em data 24 de junho ao ano em curso, e que cumprirá mandato no biênio 87/89, com a seguinte composição:

#### DIRETORIA EXECUTIVA-

PRESIDENTE : FERNANDO STEPHAN MARRONI  
 1º Vice-Presidente : OLIVIA LOPES TUBINO FERREIRA  
 2º Vice-Presidente : RUDINEI TELEIER DE FREITAS  
 Diretor Administrativo: ADAIR FAGUNDES SOARES  
 Diretor Adm. Adjunto : JOÃO PAULO VOLTAN ADAMOLI  
 Diretor Financeiro : CARLOS ROBERTO DOS ANJOS DILLMANN  
 Diretor Fin. Adjunto : RENATO AITH BARBARÁ  
 Diretor de Divulgação : DATAGNAN PADILHA VIEIRA  
 Diretor de Relações Sociais : MILTON XAVIER DA SILVA  
 Diretor de Esportes : SINCLAIR GOMES DE AZEVEDO

Feita a chamada nominal, perante o Conselho ora reunido, especialmente para o evento, os signatários assumem o compromisso de cumprir os Estatutos, os objetivos da Associação, conduzindo a entidade aos seus altos designos.

Pelotas, 31 de julho de 1987

*José Carlos B. Garcia*  
 JOSÉ CARLOS BRANDÃO GARCIA  
 -Presidente do Cons. Repre-  
 sentantes -

## Anexo 7 - Roteiro básico para entrevistas

- 1) Nome:
- 2) Gênero:
- 3) Formação escolar:
- 4) Dados para contato:
- 5) Função na UFPEL atualmente:
- 6) Trajetória profissional dentro da UFPEL:
- 7) Participou de palestras, seminários ou cursos complementares em relação à entrevista:
- 8) Outro dado que entrevistado achar interessante:
- 9) Como, quando, porque e quanto tempo com envolvimento com a militância sindical?
- 10) Poderia relatar um pouco o que sabe sobre a fundação da ASUFPEL em 1979? E porquê?
- 11) Era uma associação como agregamento, confraternização dos TAE's, era recreacionista em um primeiro momento?
- 12) Como foi, como você vê a atuação da ASUFPEL para em suas lutas, conquistas, enfrentamentos com a gestão local e com o governo federal? O que mudou?
- 13) Alguma mudança na carreira, economicamente e, politicamente?
- 14) Como foi a relação da ASUFPEL/Sindicato com a gestão superior da UFPEL, do professor gigante, como também da professora Inguelore, César Borges, etc.?
- 15) No seu ponto de vista qual marco relevante que você ressaltaria em especial no que tange os servidores da ASUFPEL?
- 16) Teve alguma mudança nas relações de trabalho dentro da UFPEL, como por exemplo com o início tomada de consciência de classe? Como a ASUFPEL administrou este processo?
- 17) No seu ponto de vista como é e como foi, desde a fundação da ASUFPEL sua relação com os associados?
- 18) Como você vê a estrutura da ASUFPEL, depois de sua criação?
- 19) O que teria para dizer sobre o papel do estado no mundo do trabalho, e de forma específica dentro da ASUFPEL?
- 20) Em sua opinião no caso ASUFPEL, deve estar vinculado a algum partido político? Estaria vinculada à ação dos partidos políticos ou seria independente? Trabalhando apenas de forma político-sindical?
- 21) Teria como falar um pouco do papel das centrais sindicais na organização da ASUFPEL?

Esta é uma entrevista semiestruturada, onde existe flexibilidade na sequência das perguntas, como também as perguntas são abertas, onde o entrevistado pode acrescentar o que achar adequado ao tema da pesquisa.